





PROJETO DE MANUTENÇÃO

PROJ.: MANUTENÇÃO E PINTURA DO CALÇADÃO RUA CONSTRUTOR GONÇALO VIDAL CENTRO - MUCAMBO - CEARÁ

PROP.: PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAMBO

PRANCHA

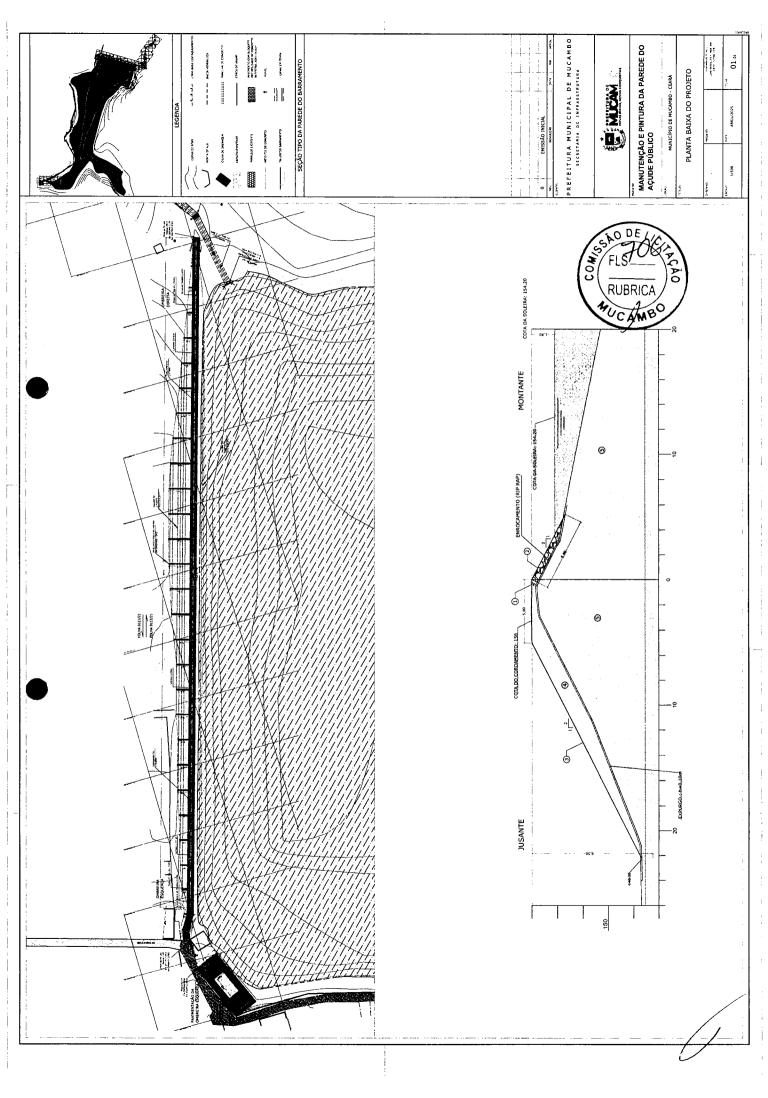
ASSUNTO: PLANTA BAIXA

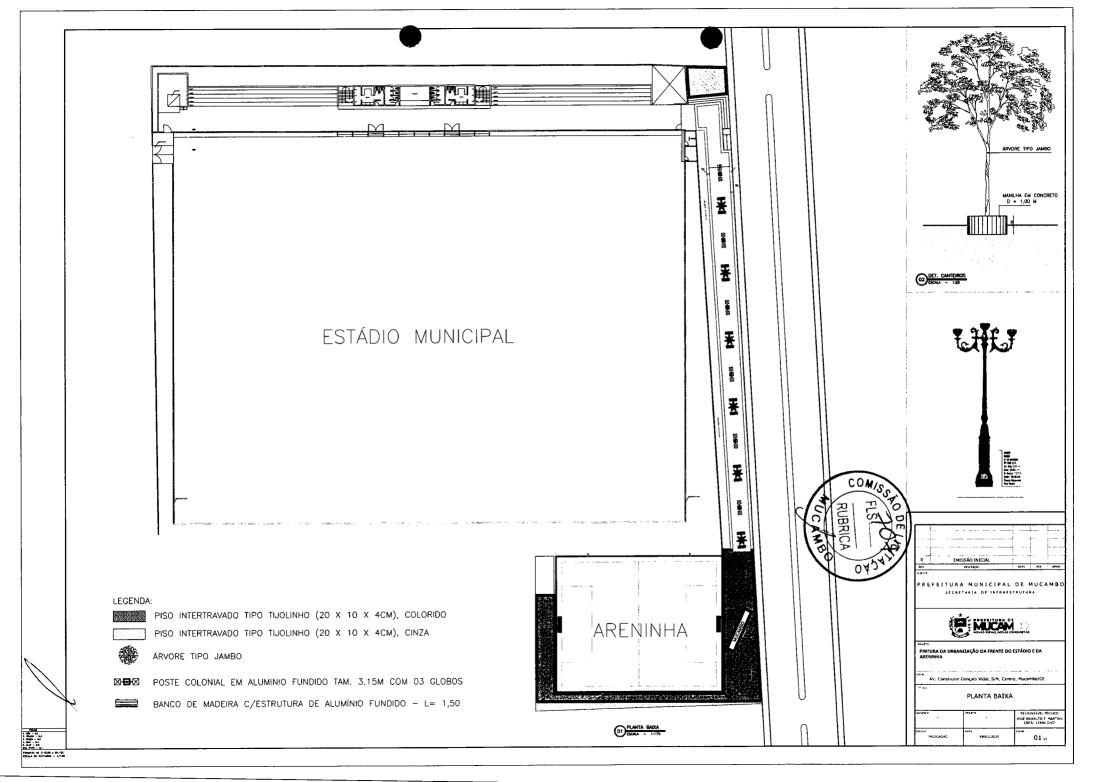
DATA: ABRIL/2025 ENG°.: JOSÉ ERIVELTO

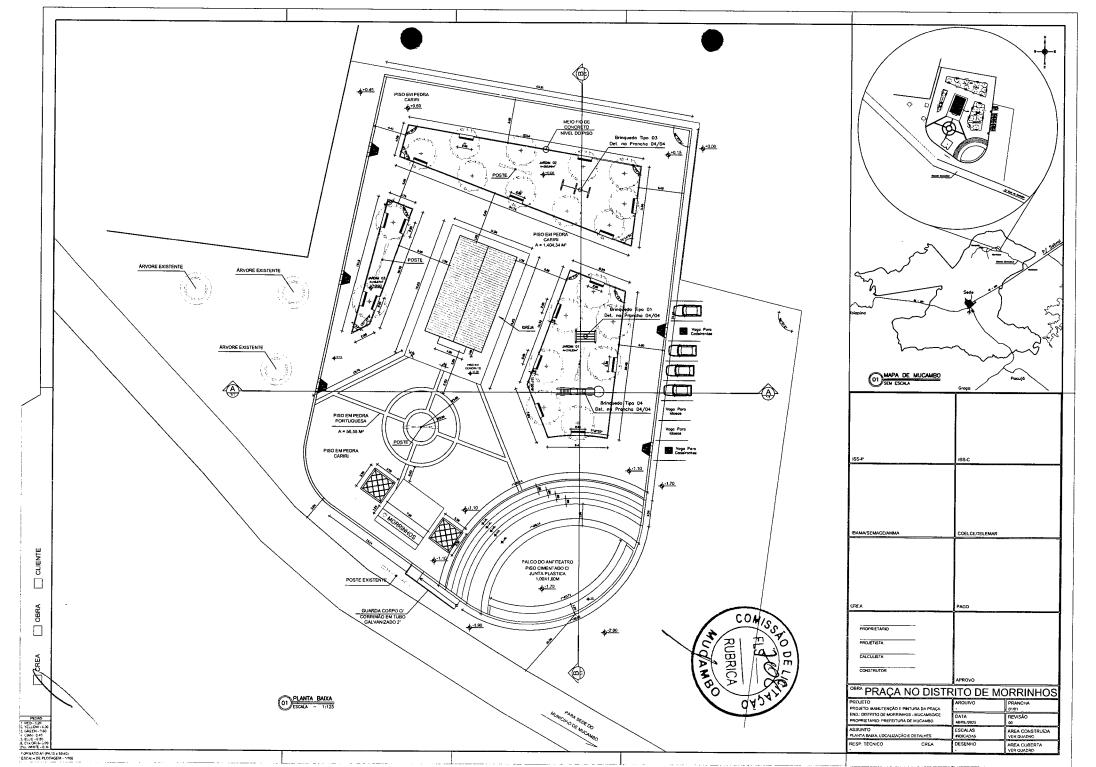
CREA-CE: 12896/D

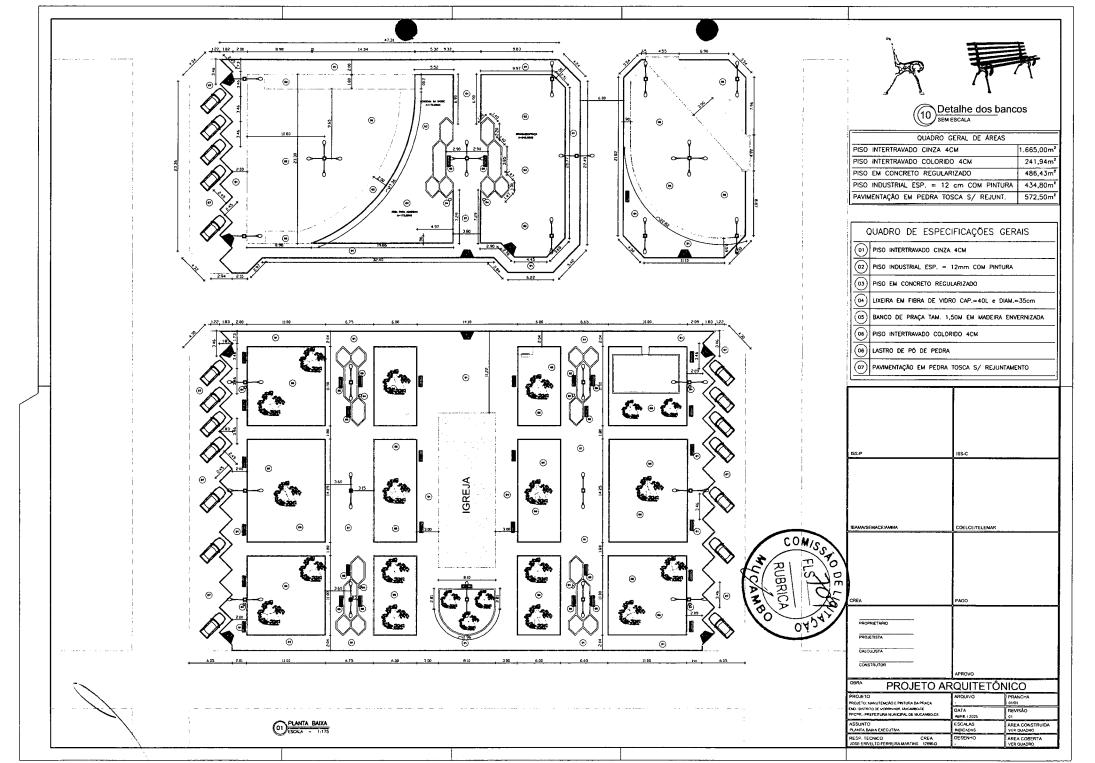
01/01

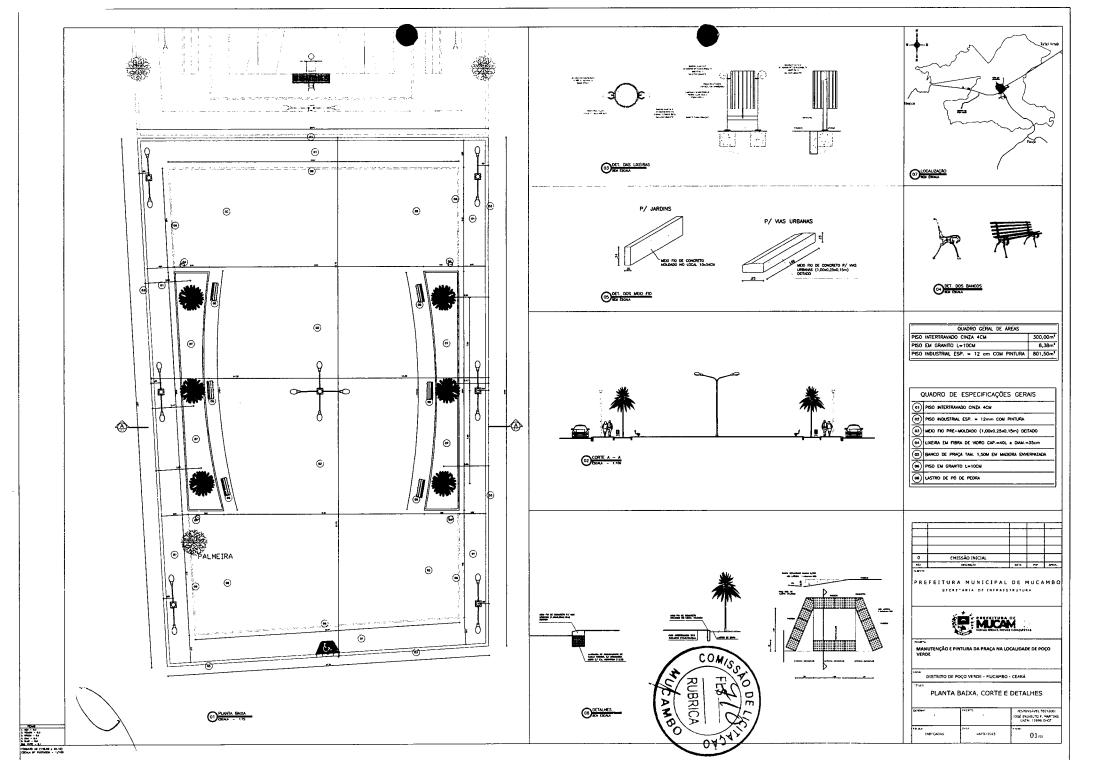
DESENHO: OBS.: ESCALAS INDICADAS

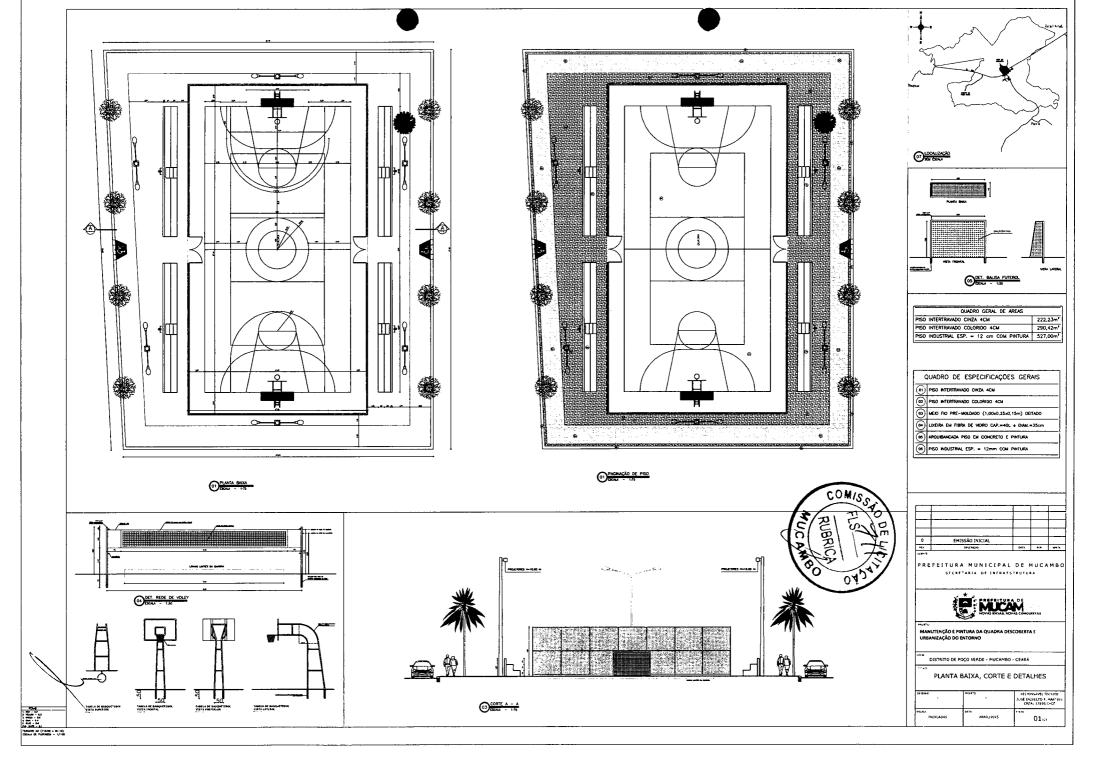


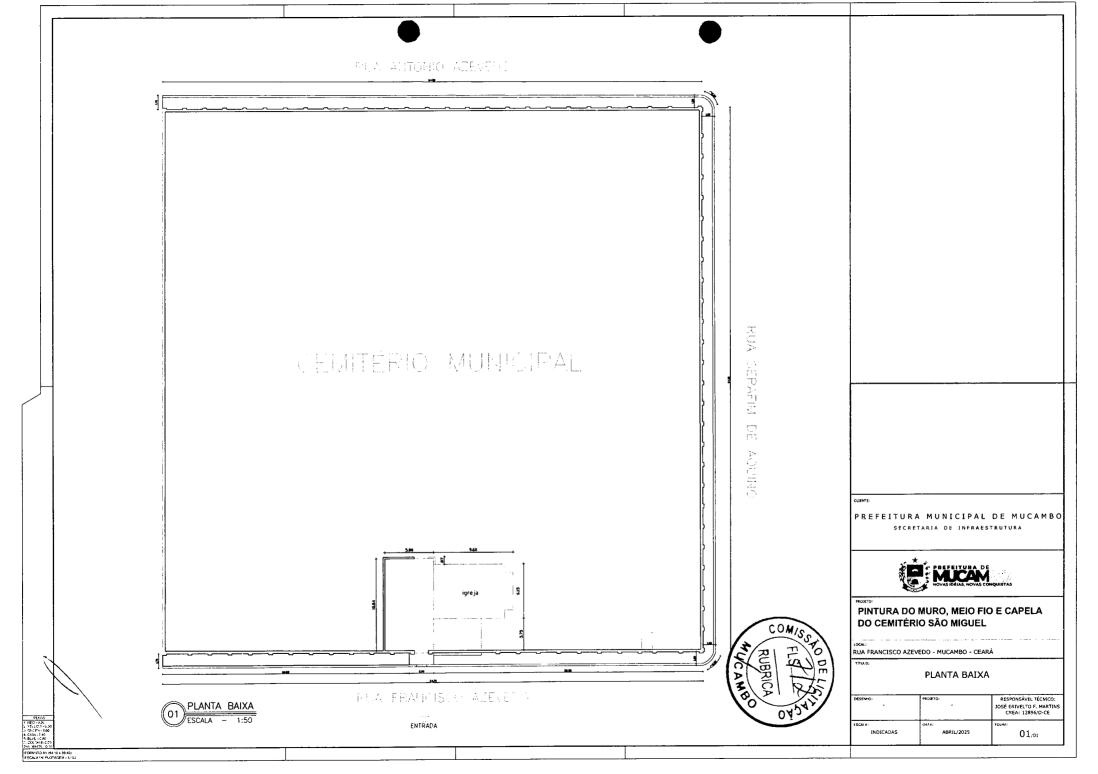


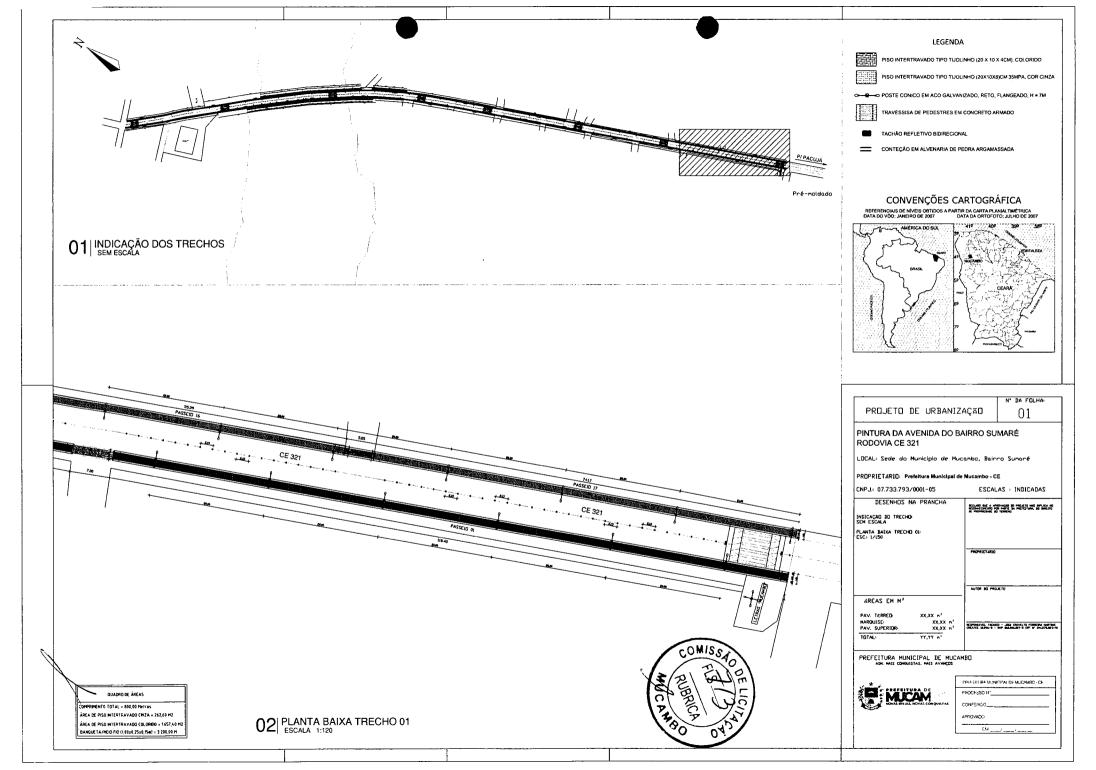


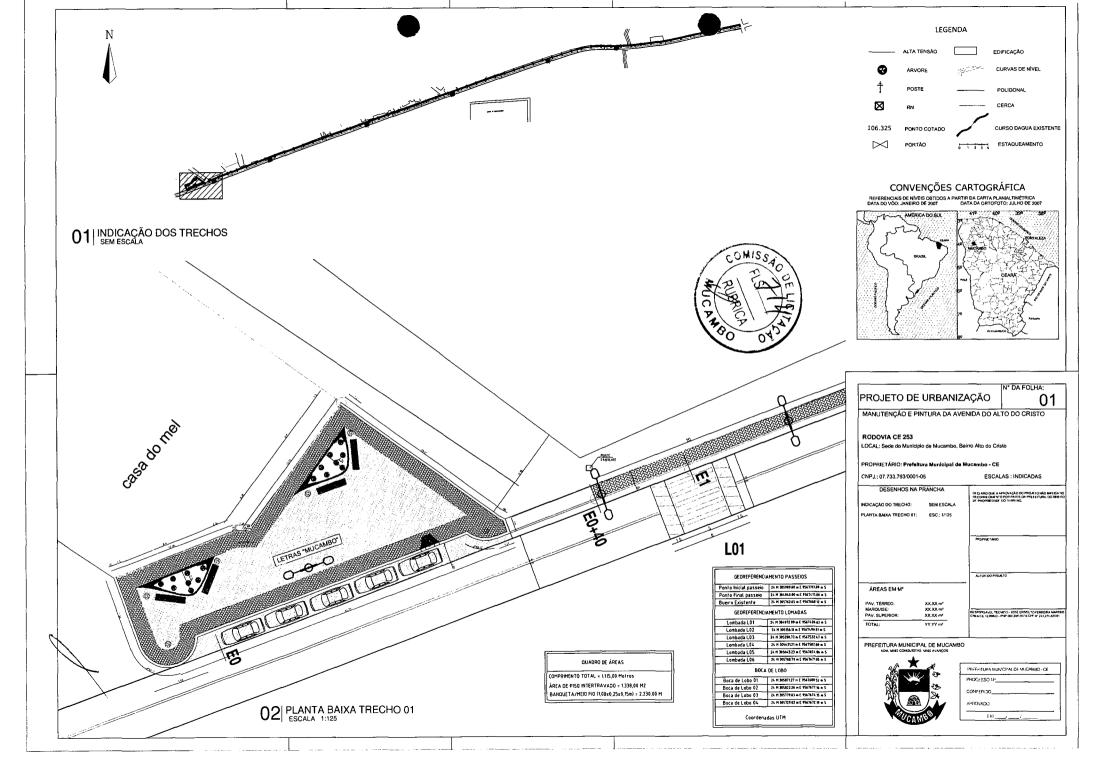


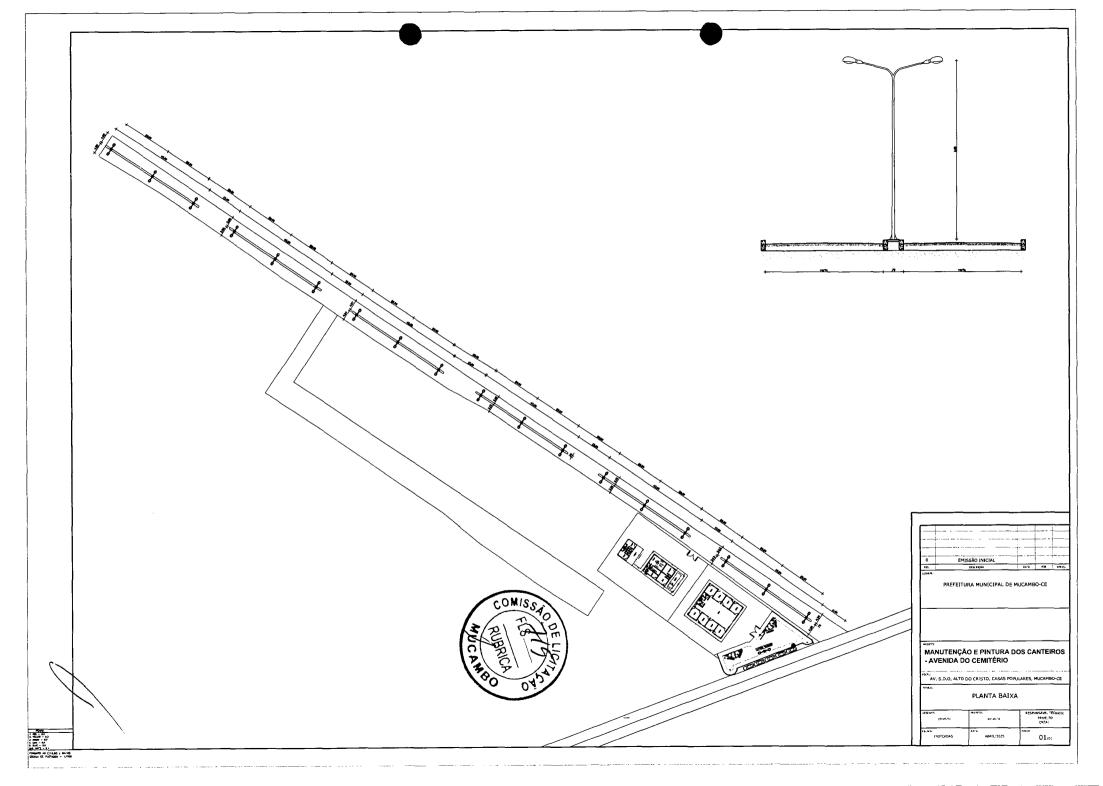


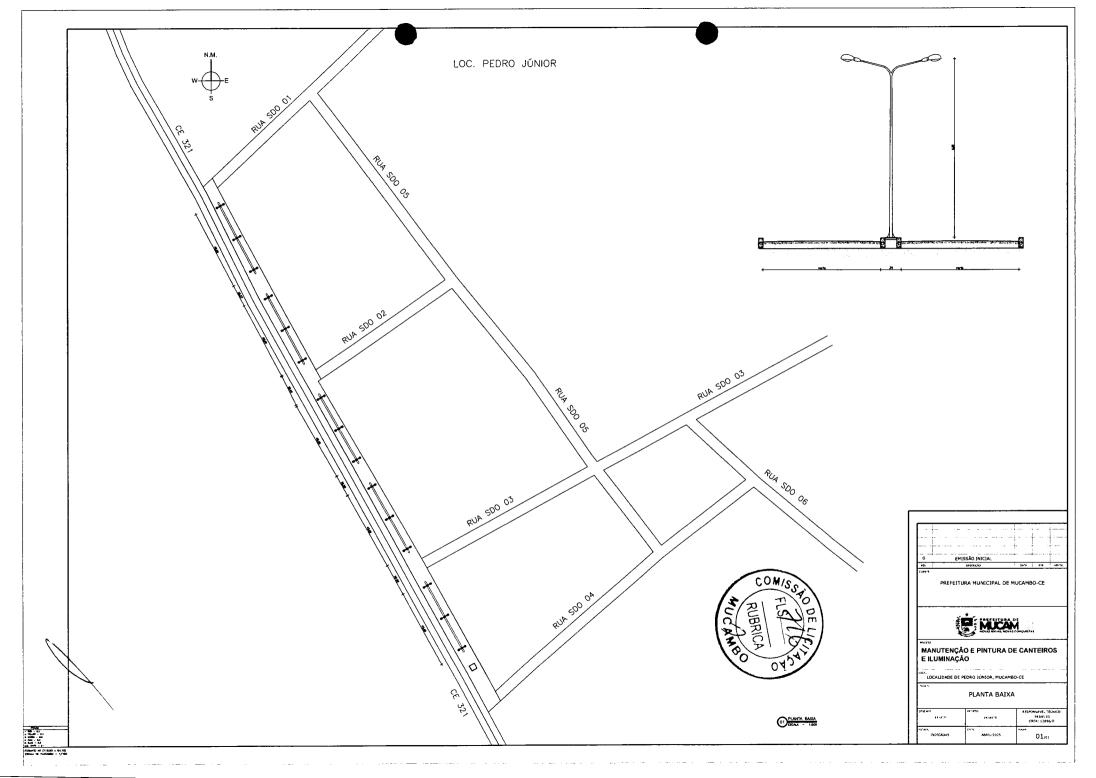














MEMORIAL DESCRITIVO

OBRA: SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS

PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

LOCAL: MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CEARÁ

Objetivo do Memorial

O objetivo do presente memorial é mostrar como serão executadas as diversas etapas, as especificações dos materiais e normas empregadas na execução da obra acima citada.

Projetos

Todos os projetos necessários à execução dos serviços serão fornecidos dela Prefeitura Municipal e quaisquer dúvidas posteriores deverão ser esclarecidas com a fiscalização.

Fonte dos Preços Utilizados

Para o orçamento do projeto foi utilizado a Tabela (SEINFRA – 028.1 desonerada / SINAPI 02/2025 desonerada e ORSE 01/2025).

BDI Utilizado

Conforme exposto nos orçamentos a Prefeitura Municipal adota uma BDI de 25,92%.

Execução dos Serviços

O contratado deverá dar início aos serviços e obras dentro do prazo pré-estabelecido no contrato conforme a data da ordem de serviço expedida pela Prefeitura Municipal.

Os serviços contratados serão executados rigorosamente de acordo com estas Especificações, os desenhos e demais elementos neles referidos.

Serão impugnados pela Fiscalização todos os trabalhos que não satisfaçam às condições contratuais.

Ficará a CONTRATADA obrigada a demolir e a realizar os trabalhos impugnados logo após a oficialização pela Fiscalização, ficando por sua conta exclusiva as despesas decorrentes dessas providências.





A CONTRATADA será responsável pelos danos causados a Prefeitura e a terceiros, decorrentes de sua negligencia, imperícia e omissão.

Será mantido pela CONTRATADA, perfeito e ininterrupto serviço de vigilância nos recintos de trabalho, cabendo-lhe toda a responsabilidade por quaisquer danos decorrentes de negligencia durante a execução das obras, até a entrega definitiva.

A utilização de equipamentos, aparelhos e ferramentas deverá ser apropriada a cada serviço, a critério da Fiscalização e Supervisão.

A CONTRATADA tomará todas as precauções e cuidados no sentido de garantir inteiramente a estabilidade de prédios vizinhos, canalizações e redes que possam ser atingidas, pavimentações das áreas adjacentes e outras propriedades de terceiros, e ainda a segurança de operários e transeuntes durante a execução de todas as etapas da obra.

Normas

São parte integrante deste caderno de encargos, independentemente de transcrições, todas as normas (NBRs) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como outras citadas no texto, que tenham relação com os serviços objeto do contrato, tais como o Artigo 12 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 inciso VI, que trata da adoção das normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho adequadas; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994) e inciso VII que trata do impacto ambiental.

Materiais

Todo material a ser empregado na obra será de primeira qualidade e suas especificações deverão ser respeitadas. Quaisquer modificações deverão ser autorizadas pela fiscalização.

Caso julgue necessário, a Fiscalização e Supervisão poderão solicitar a apresentação de certificados de ensaio relativos a materiais a serem utilizados e o fornecimento de amostra dos mesmos.

Os materiais adquiridos deverão ser estocados de forma a assegurar a conservação de suas características e qualidade para emprego nas obras, bem como a facilitar sua inspeção. Quando se



NO DE LICITATO DE

fizer necessário, os materiais serão estocados sobre plataformas de superfícies limpas e adequadas para tal fim, ou ainda em depósitos resguardados das intempéries.

De um modo geral, serão validas todas as instruções, especificações e normas no que se refere à recepção, transporte, manipulação, emprego e estocagem dos materiais a serem utilizados nas diferentes obras.

Todos os materiais, salvo disposto em contrario nas Especificações Técnicas, serão fornecidos pela CONTRATADA.

Mão de Obra

A CONTRATADA manterá na obra engenheiro, mestres, operários e funcionários administrativos em número e especialização compatíveis com a natureza dos serviços, bem como materiais em quantidade suficiente para a execução dos trabalhos.

Todo pessoal da CONTRATADA deverá possuir habilitação e experiência para executar, adequadamente os serviços que lhes forem atribuídos.

Qualquer empregado da CONTRATADA ou de qualquer subcontratada que, na opinião da Fiscalização, não executar o seu trabalho de maneira correta e adequado, ou seja, desrespeitoso, temperamental, desordenado ou indesejável por outros motivos, deverá, mediante solicitação por escrito da Fiscalização, ser afastado imediatamente pela CONTRATADA.

Assistência Técnica e Encargos Sociais

Para perfeita execução e completo acabamento das obras e serviços, o Contratado se obriga, sob as responsabilidades legais vigentes, a prestar toda assistência técnica e administrativa necessária ao andamento conveniente dos trabalhos.

Despesas Indiretas e Encargos Sociais

Ficará a cargo da contratada, para execução dos serviços toda a despesa referente à mãode-obra, material, transporte, leis sociais, licenças, enfim multas e taxas de quaisquer naturezas que incidam sobre a obra.





A obra deverá ser registrada obrigatoriamente no CREA-CE em até cinco (05) dias úteis a partir da expedição da ordem de serviço pela Prefeitura Municipal devendo serem apresentadas a Prefeitura cópias da ART, devidamente protocolada no CREA-CE e Comprovante de Pagamento da mesma.

Condições de Trabalho e Segurança da Obra

Caberá ao construtor o cumprimento das disposições no tocante ao emprego de equipamentos de "segurança" dos operários e sistemas de proteção das maquinas instaladas no canteiro de obra. Deverão ser utilizados capacetes, cintos de segurança, luvas, mascaras, etc., quando necessário, como elementos de proteção dos operários. As maquinas deverão conter dispositivos de proteção tais como: chaves apropriadas, disjuntores, fusíveis, etc.

Deverá ainda, ser atentado para tudo o que reza as normas de regulamentação "NR-18" da Legislação, em vigor, condições e Meio Ambiente do Trabalho na Industria da Construção Civil.

Em caso de acidentes no canteiro de trabalho, a CONTRATADA deverá:

- a) Prestar todo e qualquer socorro imediato as vitimas;
- b) Paralisar imediatamente as obras nas suas circunvizinhanças, a fim de evitar a possibilidade de mudanças das circunstancias relacionadas com o acidente; e
- c) Solicitar imediatamente o comparecimento da Fiscalização no lugar da ocorrência, relatando o fato.

A CONTRATADA é a única responsável pela segurança, guarda e conservação de todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios e, ainda, pela proteção destes e das instalações da obra.

A CONTRATADA deverá manter livres os acessos aos equipamentos contra incêndios e os registros de água situados no canteiro, a fim de poder combater eficientemente o fogo na eventualidade de incêndio, ficando expressamente proibida a queima de qualquer espécie de madeira ou de outro material inflamável no local da obra.

No canteiro de trabalho, a CONTRATADA deverá manter diariamente, durante as 24 horas, um sistema eficiente de vigilância efetuado por numero apropriado de homens idôneos, devidamente habilitados e uniformizados, munidos de apitos, e eventualmente de armas, com respectivo "porte" concedido pelas autoridades policiais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAMBO







ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1 - PINTURA DE POSTES

LATEX DUAS DEMÃOS EM PAREDES EXTERNAS S/MASSA

Execução de serviços de pintura em postes, com tinta látex, a ser aplicado com altura de 3,00 metros em cada poste, conferindo-lhe um acabamento uniforme e colorido.

A superfície deve estar plana, sem fendas e buracos, antes da aplicação da tinta. O substrato deve ser firme, limpo, seco, sem poeira, gordura, sabão e mofo. A pintura só deve ser aplicada sobre superfície nova de argamassa, no mínimo, 30 dias após sua execução; não se deve aplicar a tinta diretamente sobre o poste caiada, é necessário escovar a superfície e aplicar uma demão de fundo preparada no poste. Para superfícies porosas, é recomendável aplicar um fundo selador, a fim de uniformizá-las.

Deve ser aplicada com rolo de lã de carneiro, pincel ou revólver sobre a superfície preparada. Cada demão da pintura deve ser aplicada somente após a secagem completa da demão anterior, com intervalo de tempo mínimo de 4 horas. Sobre superfície não selada, a primeira demão deve ser diluída de 1:1 em volume de tinta e água.

APLICAÇÃO DE LIQUIBRILHO SOBRE PINTURAS, DUAS DEMÃOS

Critérios de medição - unidade de medição: m2

- Será medido pela área da aplicação;

O item remunera o fornecimento e execução do serviço de aplicação de liquibrilho sobre pinturas, em duas demãos

X





2. PINTURA DE BANCOS

ESMALTE DUAS DEMÃOS EM ESQUADRIAS DE MADEIRA

Tinta esmalte acetinado;

Fundo sintético nivelador branco fosco para madeira;

Solvente diluente a base de aguarrás;

Lixa em folha para parede ou madeira, número 120.

Para início da pintura com esmalte acetinado em madeira é necessário garantir uma superfície lisa com aplicação do fundo nivelador, sem resíduos, pó, ou impregnação de qualquer material que possa prejudicar o aspecto final e aderência do produto. Observar as instruções do fabricante quanto à diluição e intervalo entre demãos. O material para pintura deve ser de boa qualidade, garantindo superfície homogênea e de fabricante idôneo.

ESMALTE DUAS DEMÃOS EM ESQUADRIAS DE FERRO

Tinta esmalte sintético Premium fosco;

Fundo anticorrosivo para metais ferrosos (zarcão);

Lixa em folha para ferro, número 150;

Removedor de tinta óleo/ esmalte verniz.

A pintura de superfícies metálicas será executada com tinta esmalte fosca em duas demãos, mediante preparo prévio: limpeza com solventes ou desengordurantes, lixamento, aplicação de 01 demão de fundo anticorrosivo. Garantir que não tenha nenhum ponto de corrosão na superfície para inicio do serviço. O material para pintura deve ser deve ser de boa qualidade, garantindo superfície homogênea e de fabricante idôneo. Ver tabela de esquadrias.

1





3. PINTURA DE LETRAS

ESMALTE DUAS DEMÃOS EM ESQUADRIAS DE FERRO

Tinta esmalte sintético Premium fosco:

Fundo anticorrosivo para metais ferrosos (zarcão);

Lixa em folha para ferro, número 150;

Removedor de tinta óleo/ esmalte verniz.

A pintura de superfícies metálicas será executada com tinta esmalte fosca em duas demãos, mediante preparo prévio: limpeza com solventes ou desengordurantes, lixamento, aplicação de 01 demão de fundo anticorrosivo. Garantir que não tenha nenhum ponto de corrosão na superfície para inicio do serviço. O material para pintura deve ser deve ser de boa qualidade, garantindo superfície homogênea e de fabricante idôneo. Ver tabela de esquadrias.

4. PINTURA DE CORRIMÕES

ESMALTE DUAS DEMÃOS EM ESQUADRIAS DE FERRO

Tinta esmalte sintético Premium fosco;

Fundo anticorrosivo para metais ferrosos (zarcão);

Lixa em folha para ferro, número 150;

Removedor de tinta óleo/ esmalte verniz.

A pintura de superfícies metálicas será executada com tinta esmalte fosca em duas demãos, mediante preparo prévio: limpeza com solventes ou desengordurantes, lixamento, aplicação de 01 demão de fundo anticorrosivo. Garantir que não tenha nenhum ponto de corrosão na superfície para inicio do serviço. O material para pintura deve ser deve ser de boa qualidade, garantindo superfície homogênea e de fabricante idôneo. Ver tabela de esquadrias.









5. PINTURA DE POSTES METÁLICOS

ESMALTE DUAS DEMÃOS EM ESQUADRIAS DE FERRO

Tinta esmalte sintético Premium fosco:

Fundo anticorrosivo para metais ferrosos (zarcão);

Lixa em folha para ferro, número 150;

Removedor de tinta óleo/ esmalte verniz.

A pintura de superfícies metálicas será executada com tinta esmalte fosca em duas demãos, mediante preparo prévio: limpeza com solventes ou desengordurantes, lixamento, aplicação de 01 demão de fundo anticorrosivo. Garantir que não tenha nenhum ponto de corrosão na superfície para inicio do serviço. O material para pintura deve ser deve ser de boa qualidade, garantindo superfície homogênea e de fabricante idôneo. Ver tabela de esquadrias.

5. PINTURA DE PISOS

PINTURA P/PISO À BASE LATEX ACRÍLICO, TIPO "NOVACOR"

Para a pintura do piso em concreto aparente e tijolinho realizar toda a limpeza necessária com máquina de alta pressão, retirar quaisquer vestígios de vegetação existentes entre suas juntas.

Limpar o piso usando escova, água e sabão para remover quaisquer resíduos de gordura, graxa e poeira.

Corrigir todas as imperfeições existentes na superfície a ser pintada, utilizando massa apropriada, quando for o caso.

As superfícies deverão estar isentas de umidade, pó, gorduras, óleos, etc.

Pintar a superfície aplicando duas ou mais demãos com tinta para piso na cor a ser definida pela fiscalização, em calçadas de concreto e pisos de tijolinhos, etc.

Após a finalização da pintura com a tinta epóxi para piso, a superfície pintada pode ser exposta a tráfego leve depois de 12 ou 16 horas e a tráfego normal após 24 a 48 horas.

Mucambo - CE, 24 de abril de 2025.

Assinado de forma digital por JOSE JOSE ERIVELTO FERREIRA ERIVELTO FERREIRA MARTINS:24127582391 MARTINS:24127582391

Dados: 2025.04.29 10:02:19 -03'00'





SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

• REFORMA DA PRAÇA DA LOCALIDADE DE CHAPADA























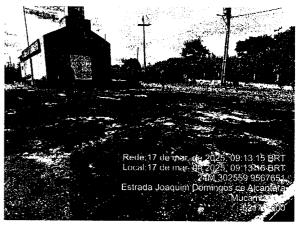
SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

REFORMA DA PRAÇA DA LOCALIDADE DE CHAPADA















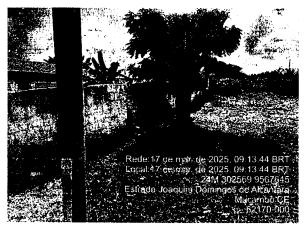


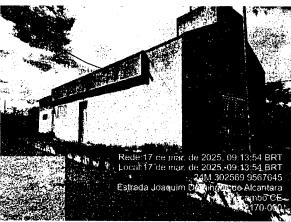
RUBRIC CAMB

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRÉTARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

REFORMA DA PRAÇA DA LOCALIDADE DE CHAPADA













JOSE ERIVELTO **FERREIRA** MARTINS:241275 MARTINS:24127582391 82391

Assinado de forma digital por JOSE ERIVELTO FERREIRA Dados: 2025.04.29 10:02:43 -03'00'

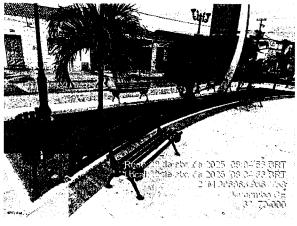
PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAMBO

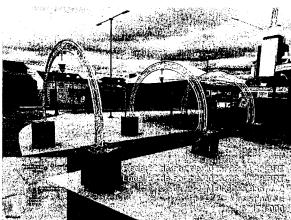




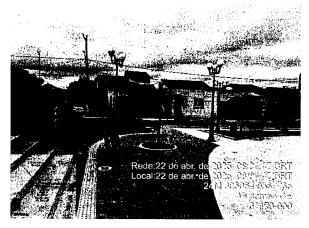
SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

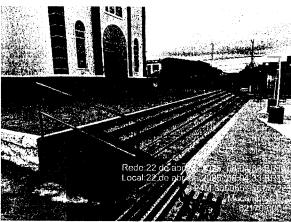
• MANUTENÇÃO E PINTURA DA PRAÇA DA IGREJA - SEDE

















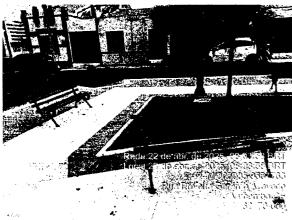




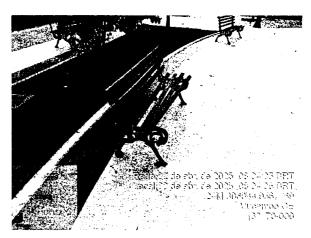
SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

MANUTENÇÃO E PINTURA DA PRAÇA DA IGREJA - SEDE

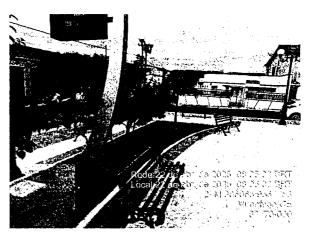












FERREIRA GIGHT POT JOSE ENVELTO FERREIRA MARTINS:24127 MARTINS:24127582391 582391

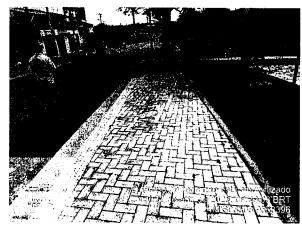
JOSE ERIVELTO Assinadó de forma digital por JOSE Dados: 2025.04.29 10:02:52 -03'00'

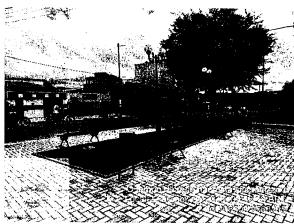


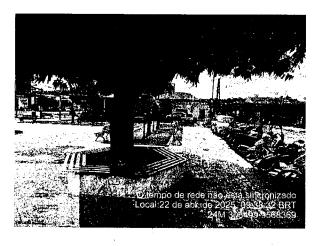


SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

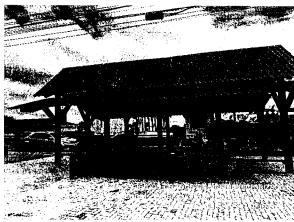
• MANUTENÇÃO E PINTURA DA PRAÇA DO HOSPITAL - SEDE

















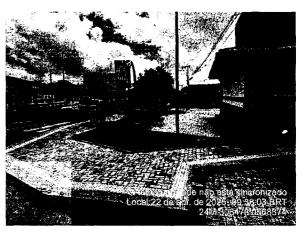


SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

MANUTENÇÃO E PINTURA DA PRAÇA DO HOSPITAL - SEDE









FERREIRA MARTINS:2412 MARTINS:24127582391 7582391

JOSE ERIVELTO Assinado de forma digital por JOSE ERIVELTO FERREIRA Dados: 2025.04.29 10:03:02 -03'00'

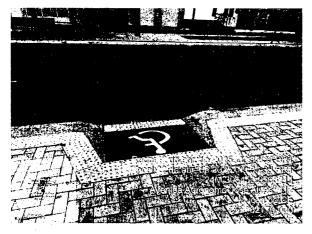






SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

• MANUTENÇÃO E PINTURA DA PRAÇA DO GINÁSIO - SEDE

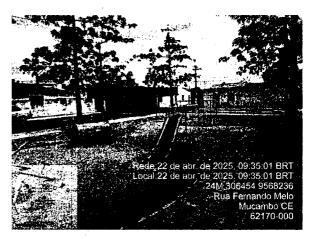














CNPJ: Nº 07.733.793/0001-05

AV. Construtor Gonçalo Vidal, S/N, Centro, CEP: 62170-000 - Mucambo/CE

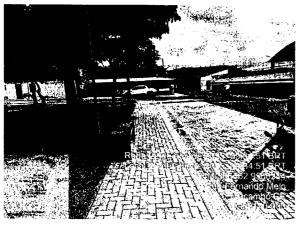






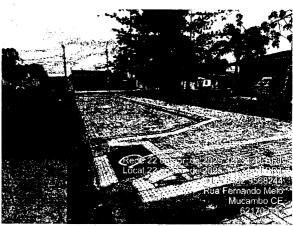
SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A ÉFÉRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

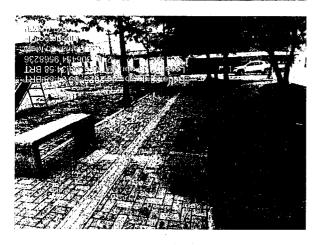
MANUTENÇÃO E PINTURA DA PRAÇA DO GINÁSIO - SEDE













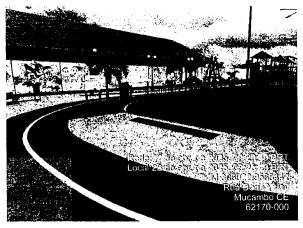
JOSE ERIVELTO JOSE ERIVELTO Assinado de forma digital por FERREIRA JOSE ERIVELTO FERREIRA MARTINS:24127582391 Dados: 2025.04.29 10.03:13
391 -03'00'

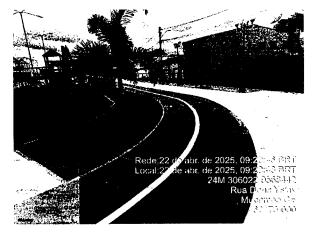


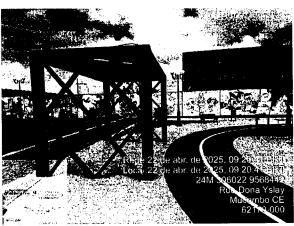


SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

• MANUTENÇÃO E PINTURA DA PRAÇA POLICARPO FERREIRA LIMA - SEDE





















SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

• MANUTENÇÃO E PINTURA DA PRAÇA POLICARPO FERREIRA LIMA - SEDE













PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAMBO

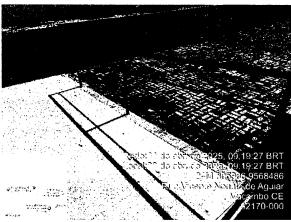


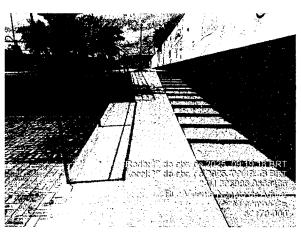


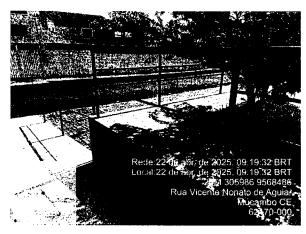
SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

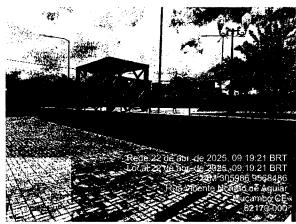
• MANUTENÇÃO E PINTURA DA PRAÇA POLICARPO FERREIRA LIMA - SEDE











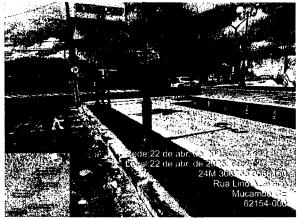
JOSE ERIVELTO FERREIRA MARTINS:241275 82391

Assinado de forma digital por JOSE ERIVELTO FERREIRA MARTINS:24127582391 Dados: 2025.04.29 10:03:24 -03'00'



SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

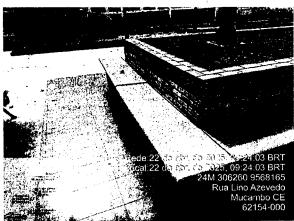
MANUTENÇÃO E PINTURA DA PRAÇA VEREADOR ATALIBA GOMES PARENTE (PRAÇA DA CAGECE) - SEDE













JOSE ERIVELTO Assinado de forma digital por JOSE ERIVELTO FERREIRA MARTINS:2412 MARTINS:2412 Dados: 2025.04.29 7582391

10:03:34 -03'00'

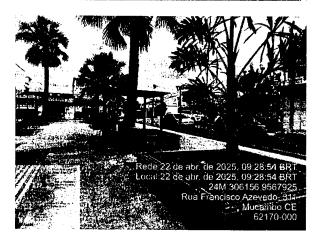


SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SÉCRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

MANUTENÇÃO E PINTURA DA PRAÇA DA BIBLIOTECA – SEDE













JOSE ERIVELTO Assinado de forma digital por JOSE ERIVELTO FERREIRA MARTINS:2412 MARTINS:24127582391 Dados: 2025.04.29 10.03:43 -03'00'





SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

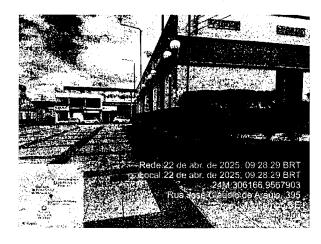
MANUTENÇÃO E PINTURA DA PRAÇA DA BIBLIOTECA – SEDE

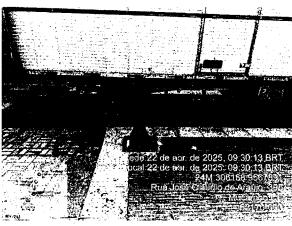












FERREIRA MARTINS:24127 MARTINS:24127582391 582391

JOSE ERIVELTO Assinado de forma digital por JOSE ERIVELTO FERREIRA Dados: 2025.04.29 10:03:59 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAMBO

CNPJ: № 07.733.793/0001-05 AV. Construtor Gonçalo Vidal, S/N, Centro, CEP: 62170-000 - Mucambo/CE



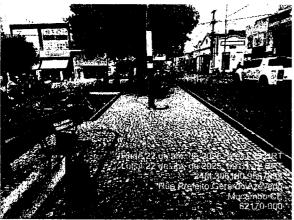




SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

MANUTENÇÃO E PINTURA DA PRAÇA DA PRAÇA VEREADOR MANOEL PORTELA - SEDE









JOSE ERIVELTO Assinado de forma digital por JOSE ERIVELTO FERREIRA MARTINS:2412 MARTINS:24127582391 Dados: 2025.04.29 10:04:09 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAMBO

CNPJ: Nº 07.733.793/0001-05 AV. Construtor Gonçalo Vidal, S/N, Centro, CEP: 62170-000 - Mucambo/CE





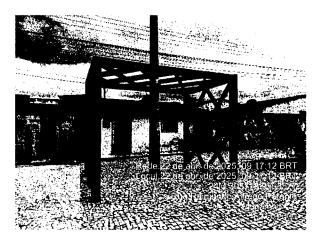


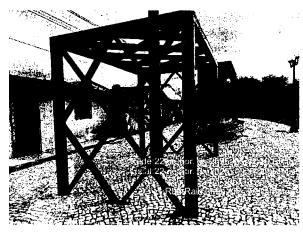
SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

• MANUTENÇÃO E PINTURA DA PRAÇA DA PRAÇA DA VILA DO AÇUDE – SEDE

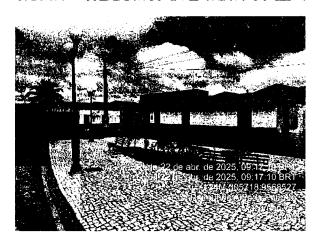












PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAMBO

CNPJ: Nº 07.733.793/0001-05





SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

MANUTENÇÃO E PINTURA DA PRAÇA DA PRAÇA DA VILA DO AÇUDE - SEDE





FERREIRA 7582391

JOSE ERIVELTO Assinado de forma digital por JOSE ERIVELTO FERREIRA MARTINS:2412 MARTINS:24127582391 Dados: 2025.04.29 10:04:21 -03'00'

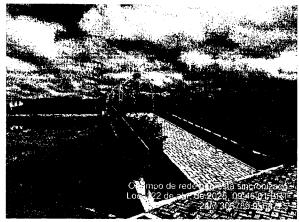






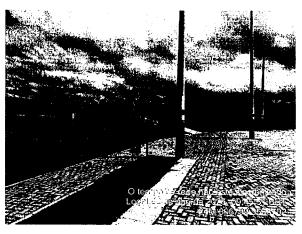
SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

• MANUTENÇÃO E PINTURA DO PARQUE DAS CARNAÚBAS - SEDE













PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAMBO

CNPJ: Nº 07.733.793/0001-05 AV. Construtor Gonçalo Vidal, S/N, Centro, CEP: 62170-000 - Mucambo/CE

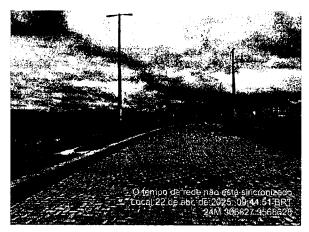


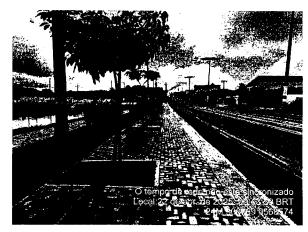




SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

• MANUTENÇÃO E PINTURA DO PARQUE DAS CARNAÚBAS - SEDE















CNPJ: Nº 07.733.793/0001-05 AV. Construtor Gonçalo Vidal, S/N, Centro, CEP: 62170-000 - Mucambo/CE





SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

• MANUTENÇÃO E PINTURA DO PARQUE DAS CARNAÚBAS - SEDE

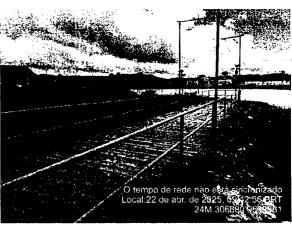




RUBRICA

CAMP









PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAMBO

CNPJ: Nº 07.733.793/0001-05

AV. Construtor Gonçalo Vidal, S/N, Centro, CEP: 62170-000 - Mucambo/CE





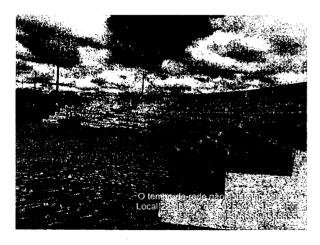


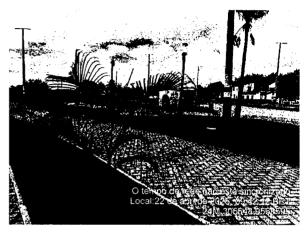
SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

MANUTENÇÃO E PINTURA DO PARQUE DAS CARNAÚBAS - SEDE

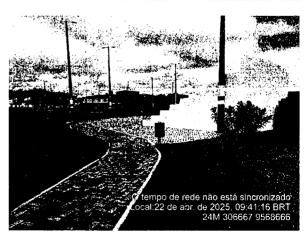












PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAMBO

CNPJ: № 07.733.793/0001-05
AV. Construtor Gonçalo Vidal, S/N, Centro, CEP: 62170-000 - Mucambo/CE



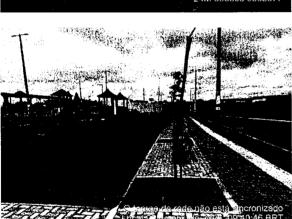




SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

MANUTENÇÃO E PINTURA DO PARQUE DAS CARNAÚBAS - SEDE













JOSE ERIVELTO digital por JOSE
FERREIRA Assinado de forma digital por JOSE
FERREIRA ERIVELTO FERREIRA FERREIRA MARTINS:2412 7582391

MARTINS:241275823

Dados: 2025.04.29 10:04:39 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAMBO

CNPJ: Nº 07.733.793/0001-05 AV. Construtor Gonçalo Vidal, S/N, Centro, CEP: 62170-000 - Mucambo/CE





SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

SERVIÇOS DE PINTURA DA URBANIZAÇÃO PRÓXIMO A PREFEITURA - SEDE











FERREIRA 7582391

JOSE ERIVELTO Assinado de forma digital por JOSE ERIVELTO FERREIRA MARTINS:2412 MARTINS:24127582391 Dados: 2025.04.29 10:04:49 -03'00'



CNPJ: Nº 07.733.793/0001-05 AV. Construtor Gonçalo Vidal, S/N, Centro, CEP: 62170-000 - Mucambo/CE

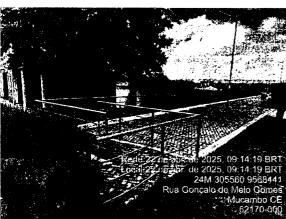




SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

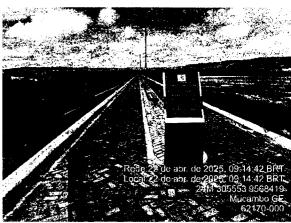
• SERVIÇOS MANUTENÇÃO E PINTURA DA PAREDE DO AÇUDE ANTONIO PORTELA AGUIAR - SEDE













PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAMBO

CNPJ: № 07.733.793/0001-05

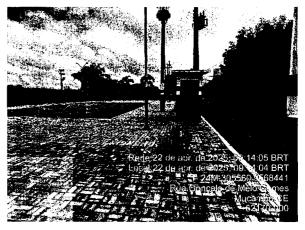


SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

SERVIÇOS MANUTENÇÃO E PINTURA DA PAREDE DO AÇUDE ANTONIO PORTELA AGUIAR - SEDE









7582391

JOSE ERIVELTO Assinado de forma digital por JOSE ERIVELTO FERREIRA ERIVELTO FERREIRA MARTINS:2412 MARTINS:24127582391 Dados: 2025.04.29 10:05:03 -03'00'







SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

SERVIÇOS DE PINTURAS DA URBANIZAÇÃO DA FRENTE DO ESTADIO/ARENINHA - SEDE







JOSE ERIVELTO Assinado de forma FERREIRA MARTINS:2412 MARTINS:24127582391 Dados: 2025.04.29 7582391

digital por JOSE ERIVELTO FERREIRA 10:05:14 -03'00'







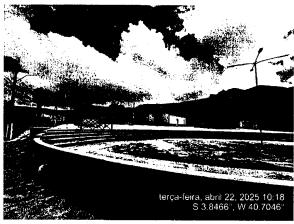
SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

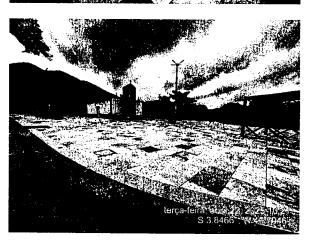
MANUTENÇÃO E PINTURA DA PRAÇA DA LOCALIDADE DE MORRINHOS











JOSE ERIVELTO
Assinado de forma
digital por JOSE
FERREIRA
ERIVELTO FERREIRA **FERREIRA** MARTINS:2412 7582391

MARTINS:2412758239 Dados: 2025.04.29 10:05:26 -03'00'

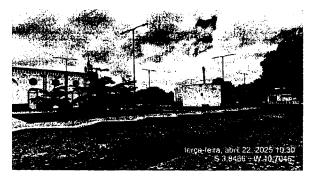


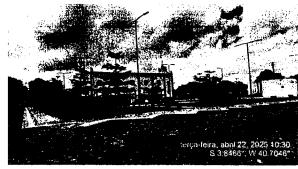




SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

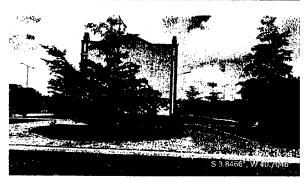
MANUTENÇÃO E PINTURA DA PRAÇA DO DISTRITO DE CARQUEIJO





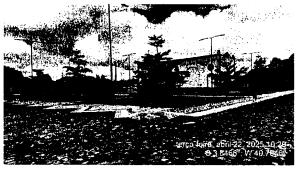






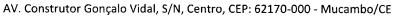






PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAMBO

CNPJ: Nº 07.733.793/0001-05











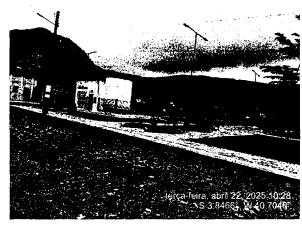
SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

MANUTENÇÃO E PINTURA DA PRAÇA DO DISTRITO DE CARQUEIJO

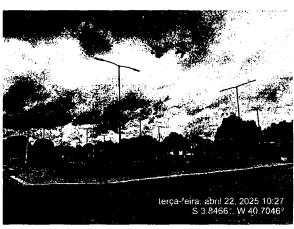












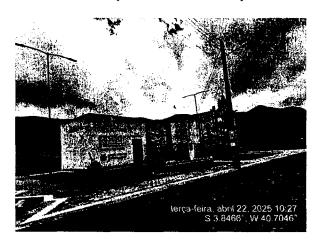


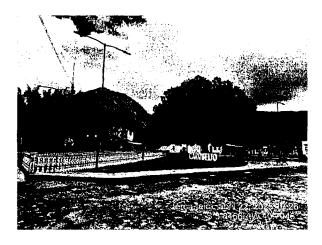


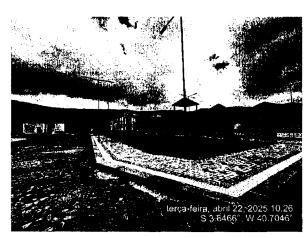


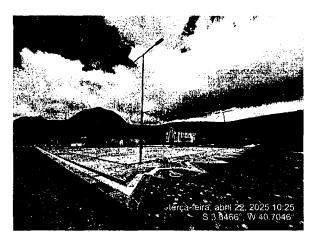
SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

MANUTENÇÃO E PINTURA DA PRAÇA DO DISTRITO DE CARQUEIJO

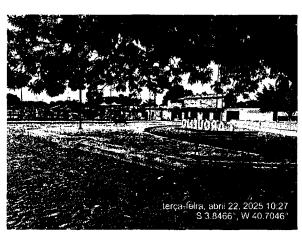












JOSE ERIVELTO Assinado de forma digital por JOSE ERIVELTO FERREIRA MARTINS:2412 MARTINS:24127582391 Dados: 2025.04.29 10:05:45 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAMBO

CNPJ: Nº 07.733.793/0001-05





SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

• MANUTENÇÃO E REFORMA DA PRAÇA E QUADRA DO DISTRITO DE POÇO VERDE





PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAMBO

CNPJ: Nº 07.733.793/0001-05

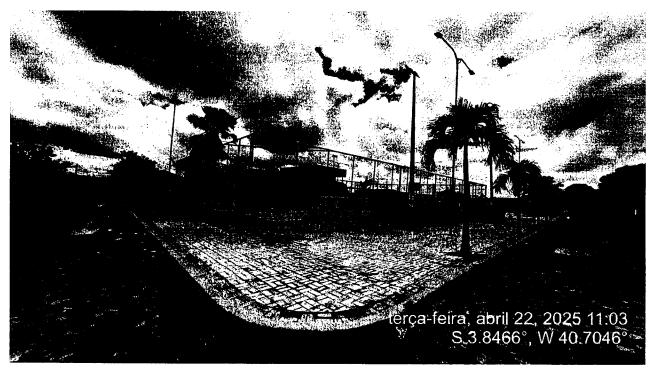
AV. Construtor Gonçalo Vidal, S/N, Centro, CEP: 62170-000 - Mucambo/CE

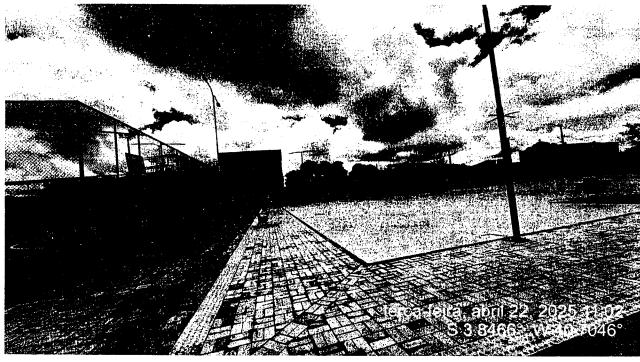




SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

• MANUTENÇÃO E REFORMA DA PRAÇA E QUADRA DO DISTRITO DE POÇO VERDE





PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAMBO

CNPJ: Nº 07.733.793/0001-05

AV. Construtor Gonçalo Vidal, S/N, Centro, CEP: 62170-000 - Mucambo/CE





SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

• MANUTENÇÃO E REFORMA DA PRAÇA E QUADRA DO DISTRITO DE POÇO VERDE





PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAMBO

CNPJ: № 07.733.793/0001-05
AV. Construtor Gonçalo Vidal, S/N, Centro, CEP: 62170-000 - Mucambo/CE





SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES Á SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

• MANUTENÇÃO E REFORMA DA PRAÇA E QUADRA DO DISTRITO DE POÇO VERDE





PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAMBO

CNPJ: Nº 07.733.793/0001-05

AV. Construtor Gonçalo Vidal, S/N, Centro, CEP: 62170-000 - Mucambo/CE







SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES Á SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

MANUTENÇÃO E REFORMA DA PRAÇA E QUADRA DO DISTRITO DE POÇO VERDE





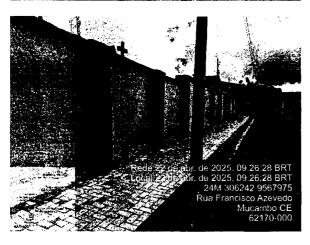


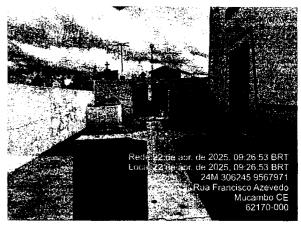
SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

• PINTURA DO MURO, CAPELA, MEIO FIOS NO CEMITÉRIO MUNICIPAL









RUBRI





JOSE ERIVELTO FERREIRA MARTINS:24127 582391 Assinado de forma digital por JOSE ERIVELTO FERREIRA MARTINS:24127582391 Dados: 2025.04.29 10:06:15 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAMBO

CNPJ: Nº 07.733.793/0001-05





SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

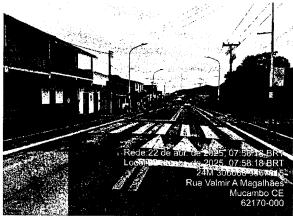
AVENIDA SUMARÉ















CNPJ: Nº 07.733.793/0001-05

AV. Construtor Gonçalo Vidal, S/N, Centro, CEP: 62170-000 - Mucambo/CE







SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

AVENIDA SUMARÉ





JOSE ERIVELTO FERREIRA MARTINS:24127 MARTINS:24127582391 582391

Assinado de forma digital por JOSE ERIVELTO FERREIRA Dados: 2025.04.29 10:06:32 -03'00'



CNPJ: Nº 07.733.793/0001-05 AV. Construtor Gonçalo Vidal, S/N, Centro, CEP: 62170-000 - Mucambo/CE





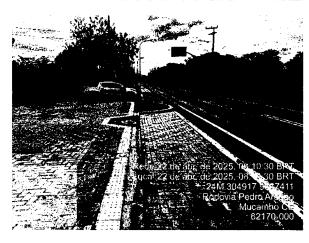


SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

AVENIDA ALTO DO CRISTO







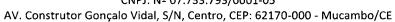








CNPJ: Nº 07.733.793/0001-05









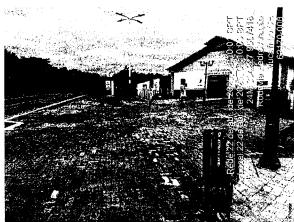
SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

AVENIDA ALTO DO CRISTO









FERREIRA 582391

JOSE ERIVELTO Assinado de forma digital por JOSE ERIVELTO FERREIRA MARTINS:24127 MARTINS:24127582391 Dados: 2025.04.29 10:06:48 -03'00'



CNPJ: Nº 07.733.793/0001-05 AV. Construtor Gonçalo Vidal, S/N, Centro, CEP: 62170-000 - Mucambo/CE

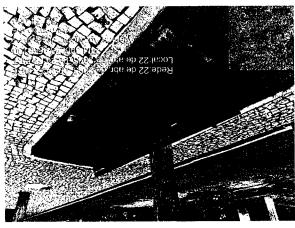


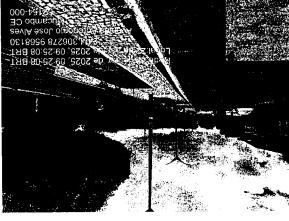




DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE. SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA

AVENIDA AGRONOMO JOSÉ ALVES











10:07:04 -03:00 7582391 16ESSSTSTAS:SUITAAM STAS:SUITAAM
62.40.2505.2005.0050 **ERIVELTO FERREIRA FERREIRA** JOSE ERIVELTO Assinado de forma digital por JOSE PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAMBO

AV. Construtor Gonçalo Vidal, S/N, Centro, CEP: 62170-000 - Mucambo/CE CNPJ: Nº 07.733.793/0001-05



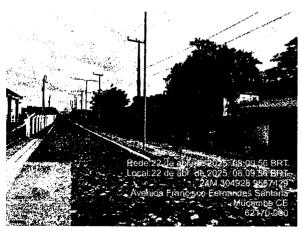


SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

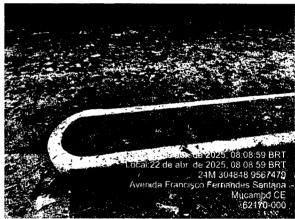
AVENIDA DO CEMITÉRIO













JOSE ERIVELTO Assinado de forma FERREIRA GRIVEL 1 O Assinado de Torma FERREIRA GRIVEL 1 O FERREIRA MARTINS:2412 MARTINS:24127582391 20405: 2025.04.29 10:07:17-03'00'

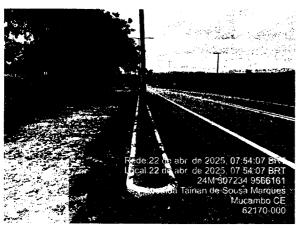
PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAMBO

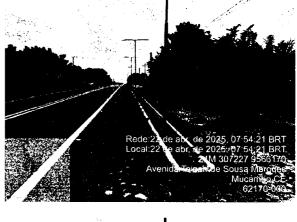




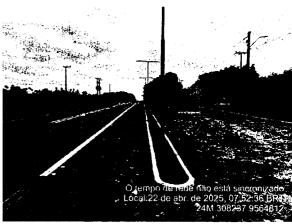
SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.

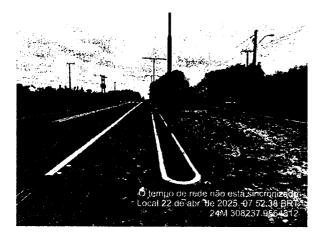
AVENIDA PEDRO JÚNIOR













JOSE ERIVELTO
FERREIRA
MARTINS:241275
MARTINS:24127582391
Dados: 2025 64 29 82391

Dados: 2025.04.29 10:07:38 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAMBO



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-CE

ART OBRA / SERVIÇO Nº CE20251629786

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

INICIAL

1. Responsável Técnico			
JOSÉ ERIVELTO FERREIRA MARTINS Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL	RNP: 0603560075 Registro: 30054CE		
		\ RUB	
Empresa contratada: CONSTRUTORA MARTINS PROJETOS LTDA EPP	Registro : 0000388998-CE		
2. Dados do Contrato	·		
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAMBO		CPF/CNPJ: 07.733.793/0001-05/	
RUA CONSTRUTOR GONÇALO VIDAL Complemento:	Bairro: CENTR		
Cidade: Mucambo	UF: CE	CEP: 62170000	
Contrato: Não especificado Celebrado em: Valor: R\$ 11.327,50 Tipo de contratante: Pessoa Jur	ridica de Direito I	Público	
Ação Institucional: NENHUMA - NÃO OPTANTE			
3. Dados da Obra/Serviço			
RUA DIVERSAS		N°: S/N	
Complemento: SEDE, DISTRITOS E LOCALIDADES	Bairro: DIVER		
Cidade: Mucambo Data de Início: 14/04/2025 Previsão de término: 31/12/2025	UF: CE	CEP: 62170000 enadas Geográficas: -3.903015, -40.742674	
Finalidade:	Código: Não E	•	
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAMBO	CPF/CNPJ: 07.733.793/0001-05		
4. Atividade Técnica			
14 - Elaboração		Quantidade Unidade	
80 - Projeto > PLANEJAMENTO URBANO, METROPOLITANO E REGIOI ACESSÓRIOS E MOBILIÁRIOS URBANOS > DE IMPLANTAÇÃO DE ELEI #10.10.2.1 - DE EQUIPAMENTO E ACESSÓRIO URBANO			
35 - Elaboração de orçamento > PLANEJAMENTO URBANO, METROPO EQUIPAMENTOS, ACESSÓRIOS E MOBILIÁRIOS URBANOS > E ELEMENTO URBANÍSTICO > #10.10.2.1 - DE EQUIPAMENTO E ACESSÓ	DE IMPLANTAÇ		
18 - Fiscalização		Quantidade Unidade	
60 - Fiscalização de obra > PLANEJAMENTO URBANO, METROPOL EQUIPAMENTOS, ACESSÓRIOS E MOBILIÁRIOS URBANOS > E ELEMENTO URBANÍSTICO > #10.10.2.1 - DE EQUIPAMENTO E ACESSÓ			
Após a conclusão das atividades técnicas o profis	ssional deve proc	eder a baixa desta ART	
5. Observações			
SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGI INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE.	RADOUROS PÚE	BLICOS PERTECENTES A SECRETARIA DE	
6. Declarações			
 Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas norma 5296/2004. 	s técnicas da ABI	IT, na legislação específica e no decreto n.	
7. Entidade de Classe			
NENHUMA - NÃO OPTANTE		Documento assinado eletronicamente	
8. Assinaturas		com credenciais de login e senha JOSÉ ERIVELTO FERREIRA MARTINS	
Declaro serem verdadeiras as informações acima		RNP: 0603560075 Data: 24/04/2025 12:12:02	
,dede	JOSÉ ERIVELTO FERREIRA MARTINS - CPF: 241.275.823-91		
	PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAMBO - CNPJ: 07.733.793/0001-05		
9. Informações			

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: https://crea-ce.sitac.com.br/publico/, com a chave: bbb6y Impresso em: 24/04/2025 às 12:12:02 por: , ip: 191.7.192.158



faleconosco@creace.org.br Fax: (85) 3453-5804









Anotação de Responsabilidade Técnica - ART Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-CE

ART OBRA / SERVIÇO Nº CE20251629786

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

INICIAL

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.							
10. Valor							
Valor da ART: R\$ 103,03	Registrada em: 24/04/2025	Valor pago: R\$ 103,03	Nosso Número: 8217899356				

FUBRICA PO

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: https://crea-ce.sitac.com.br/publico/, com a chave: bbb6y Impresso em: 24/04/2025 às 12:12:02 por: , ip: 191.7.192.158

www.creace.org.br Tel: (85) 3453-5800 faleconosco@creace.org.br Fax: (85) 3453-5804









ANEXO II ESTUDO TECNICO PRELIMINAR









ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Objeto: SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES À SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO-CE.

INTRODUÇÃO

O presente documento tem como finalidade estabelecer as diretrizes para a contratação de empresa especializada na execução de serviços de reforma, manutenção corretiva e preventiva em praças públicas e diversos logradouros pertencentes à Secretaria de Infraestrutura do Município de Mucambo, Estado do Ceará.

Tais serviços visam garantir a conservação, revitalização e funcionalidade dos espaços públicos urbanos, promovendo melhorias na qualidade de vida da população, no embelezamento da cidade e na valorização dos ambientes de convivência social. A manutenção adequada desses espaços é essencial para assegurar a segurança dos usuários, além de contribuir para a preservação do patrimônio público.

Este projeto está em conformidade com os princípios da administração pública, observando os critérios de eficiência, economicidade e interesse público, e será regido pela legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O objeto pretendido identifica a necessidade contínua de realizar serviços de manutenção e reforma em praças e logradouros públicos, tendo em vista o desgaste natural ocasionado pelo tempo, uso intenso dos espaços e pela ação de fatores climáticos.

Muitos desses locais apresentam estruturas danificadas, como bancos quebrados, calçadas esburacadas, pintura desgastada, iluminação precária, vegetação desordenada, brinquedos deteriorados e mobiliários urbanos em condições inadequadas de uso, comprometendo a segurança, acessibilidade e conforto da população.

A falta de manutenção adequada desses espaços acarreta não apenas na degradação física do ambiente urbano, mas também na redução da qualidade de vida dos cidadãos, no aumento de riscos de acidentes e na má utilização do patrimônio público.

Portanto, torna-se imprescindível a contratação de empresa especializada para executar serviços periódicos e emergenciais, de forma planejada, eficiente e conforme as normas técnicas vigentes, garantindo a preservação, funcionalidade e valorização dos espaços públicos do município.

2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A previsão no plano de contratação anual 2025 inclui a reforma e manutenção de



praças e diversos logradouros públicos, para atender as demandas da Infraestr Urbanismo do município de Mucambo/CE, conforme estabelecido na nova Lei de Licitaçõe 14.133/2021.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os serviços serão prestados por empresa especializada, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade pela legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no Projeto Básico.

a) Da execução dos serviços:

- a.1) A execução dos serviços objeto da futura contratação deverá ser realizada, em regra, diretamente pela contratada, por intermédio de equipe técnica de profissionais com formações técnicas adequadas e experiências anteriores na execução de serviços técnicos semelhantes, observadas rigorosamente as especificações, prazos e condições contidas nos projetos técnicos (e documentos de especificações), como também todas demais condições e encargos de contratação fixadas texto base do Projeto Básico e Executivo, as boas técnicas de execução de projetos de recuperação e manutenção de fachadas externas, as normas técnicas da ABNT, as normas regulamentares de segurança e saúde no trabalho, entre outras.
- a.2) Também deverá fazer parte integrante do escopo das obrigações da futura contratação o fornecimento dos equipamentos e materiais especificados nos projetos técnicos, memorial descritivo e caderno de encargos; o escopo contratual deverá ser composto da obrigação de fornecimento de todo o ferramental e demais equipamentos de infraestrutura para execução dos serviços, como também de equipamentos de segurança do trabalho, fardamentos, alimentação e encargos da mão de obra, nos termos da legislação.

b) Dos profissionais a serem utilizados na execução:

b.1) A equipe técnica a ser utilizada na execução dos serviços objeto da futura contratação deverá ser composta, no mínimo, pelos seguintes profissionais, cujas capacidades deverão ser comprovadas pelos meios e no momento indicados, conforme tabela abaixo:

ITEM	PROFISSIONAL	REQUISITO TÉCNICO	MEIO DA COMPROVAÇÃO	MOMENTO DA COMPROVAÇÃO
1	Engenheiro Civil ou Arquiteto	Profissional com curso de formação superior em Engenharia Civil ou Arquitetura, e comprovada experiência.	- Comprovação de Quitação	LICITAÇÃO

c) Dos requisitos de qualificação técnica para seleção da futura contratada:

- c.1) Deverão ser fixados requisitos técnicos de qualificação técnica para fins de seleção do futuro contratado, como também para contratação da equipe profissional de execução dos serviços, objetivando garantir a qualidade mínima necessária na execução do contrato.
- c.2) Capacidade técnico-profissional:

-Deverá ser exigida indicação de profissional de nível superior ou equivalente, devidamenté











registrado no conselho profissional competente, para responder tecnicamente pela e dos serviços;

- A capacidade do profissional deverá ser comprovada por meio de certidão de acervo técnico;
- Comprovação de que tal profissional tenha algum tipo de vínculo profissional com a empresa a ser contratada.
- c.3) Capacidade técnico-operacional:
- A futura contratada deverá comprovar seu registro no conselho profissional competente, como também sua regularidade de situação;
- Deverão ser fixados parâmetros objetivos para aferir a compatibilidade entre os serviços indicados nos atestados de capacidade técnica e aqueles previstos no objeto da futura contratação.

d) Do regime de execução:

d.1) Considerando a natureza dos objetos a serem contratados, que não pode ser perfeitamente quantificado e descrito de forma completa e detalha com nível de precisão suficiente (por ter natureza de REFORMA/CONSTRUÇÃO), a execução dos serviços deverá ser INDIRETA, pelo regime de MENOR PREÇO GLOBAL.

4 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A relação entra a demanda prevista e as quantidades de cada item a ser contratado advirá de levantamento detalhado de quantitativos de insumos e serviços, a ser feito pelo corpo técnico do setor de Engenharia da Prefeitura de Mucambo, com base em vistoria previa nas localidades a serem realizadas os serviços, que resultará no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação. Através de informações coletadas nas bases oficiais das tabelas oficiais, e constarão informados na memória de cálculo.

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Não é o caso da contratação em tela, tendo em vista a natureza do objeto, pois há no mercado Nacional diversas empresas de engenharia para realização de obras e serviços, o que possibilita ampla concorrência e vantagens à administração pública, propiciando transparência e legalidade para requerida contratação.

Assim, será elaborada pela equipe técnica responsável planilha orçamentária acompanhada de memorial de cálculo onde sejam discriminados os valores estimados de todos os materiais e serviços que serão aplicados na contratação, projeto básico e plantas.

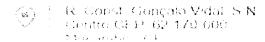
Vale ressaltar que a referência da planilha orçamentária baseada nas tabelas SEINFRA CE TABELA Nº 028.1 desonerada / SINAPI 02/2025 desonerada e ORSE 01/2025 supre a pesquisa de preços de mercado, conforme Decreto Federal nº 7.983, de 08 de abril de 2013 e publicação "Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias públicas – TCU".

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO













A estimativa de preços da contratação será compatível com os quantitativos levantados no termo de referência e com os preços do SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos, SEINFRA - Secretaria de Estado de Infraestrutura, através da Tabela 8.1 ou Índices da Construção Civil ou Sistema de Custos Referenciais de Obras – Sicro, disciplinados pelo

decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, ambas utilizadas nos orçamentos de obras em geral, mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, que informa os custos e índices da Construção Civil no Brasil.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação é a execução indireta, através de empreitada por preço global, tendo em vista que a secretaria de Infraestrutura e Urbanismo não detém de todos os meios necessários à concretização do objeto e que há meios de definir claramente os aspectos quantitativos do objeto a ser executado. Nesse caso, pode ser estabelecido um padrão ou uma unidade de medida, para fins de aferição do valor a ser pago ao contratado, o que será feito após o período de medição e a verificação da conformidade da prestação com a obrigação ajustada.

A empresa contratada deverá dispor de equipe técnica qualificada, equipamentos apropriados e materiais de qualidade, a fim de garantir a execução dos serviços dentro dos padrões exigidos pela administração pública e pelas normas técnicas aplicáveis

Portanto, a urbanização, construção e modernização se dará de conformidade com o previsto no termo de referência, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentarias e cronograma físico-financeiro, que serão elaborados em momento oportuno pelo setor competente, já tendo sido aqui demonstrado que a melhor forma de execução dos serviços.

8 – JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO

O parcelamento não é recomendável, devendo optar-se pela via alternativa, por ser o ideal no caso em tela, do ponto de vista da eficiência, haja vista que assim o gerenciamento da obra permanecerá sempre a cargo de um único contratado, resultando um maior nível de controle da execução dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade da obra e a garantia dos resultados em uma única contratada.

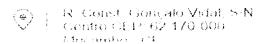
Ressalta-se que em obras com serviços inter-relacionados, o atraso em uma etapa construtiva implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento da entrega da obra.

Assim, para execução da construção da praça, modernização e urbanização, não há viabilidade técnica na divisão dos serviços, que em sua grande maioria são interdependentes, devendo ser executados por uma mesma empresa para garantir a responsabilidade técnica dos serviços. Também não há viabilidade econômica, pois, a tendência é que o custo seja reduzido para obras maiores em função da diluição dos custos administrativos e lucro. Essa divisão gera



prefeituramucambo@gmail.com









perda de escala, não amplia a competitividade e não melhora o aproveitamento do me pois os serviços são executados por empresas de mesmo ramo de atividade.

Então, pelas razões expostas, recomenda-se que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração e por apresentar possíveis prejuízos ao conjunto do objeto a ser contratado.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a execução dos serviços de reforma e manutenção de praças e logradouros públicos no Município de Mucambo-CE, espera-se alcançar os seguintes resultados concretos:

- 1. Melhoria das condições físicas e estruturais das praças e logradouros públicos, proporcionando ambientes mais seguros, acessíveis e adequados para o lazer e a convivência da população;
- 2. Redução dos riscos de acidentes e ocorrências associadas ao desgaste de equipamentos, calçadas danificadas, iluminação precária e outros fatores de insegurança;
- 3. Valorização do espaço urbano, com impacto positivo na paisagem da cidade e na percepção da população quanto à qualidade da infraestrutura pública;
- 4. Aumento da vida útil do patrimônio público, por meio da manutenção preventiva e intervenções corretivas adequadas;
- 5. Maior eficiência na gestão dos recursos públicos, com planejamento e controle das ações de manutenção, evitando intervenções emergenciais de maior custo;
- 6. Estímulo à ocupação e uso saudável dos espaços públicos, incentivando atividades sociais, culturais, recreativas e esportivas;
- 7. Promoção da cidadania e do bem-estar coletivo, por meio da oferta de espaços públicos funcionais, limpos e bem-cuidados.

10 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

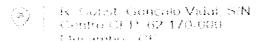
A Administração tomará as seguintes providências previamente ao contrato:

- a) Definições dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização e gestão contratual da obra/serviço;
- b) Indicar servidores devidamente capacitados para exercer a fiscalização;
- c) Capacitação dos fiscais e gestores a respeito do tema objeto da contratação;
- d) Definição de planos de trabalho com vistas à boa execução contratual;
- e) Acompanhamento rigoroso das ações previstas nos projetos apresentados para a realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.









12 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Não há impactos ambientais consequentes da contratação da obra, exceto aquéles cuidados necessários no descarte dos materiais de entulho, que deverão ser feitos em locais apropriados, destinados à cada tipo de resíduo da obra, de acordo com as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos.

13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

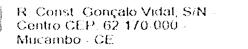
Os estudos preliminares evidenciam que a contratação da solução ora descrita, ou seja, execução de reformas e manutenção de praças e diversos logradouros públicos do município de Mucambo — Ceará mostra-se tecnicamente possível e fundamentadamente necessária no ponto de vista técnico e gerencial, sendo necessária análise de viabilidade econômico-financeira e jurídica pelas autoridades competentes para que ela possa tomar ciência do ato e as providências cabíveis.

Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida com base neste Estudo Técnico Preliminar consoante o inciso XIII, art. 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.





ANEXO III TERMO DE REFENCIA











TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

- 1.1. O objeto da presente licitação visa a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada em OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA para SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E DIVERSOS PÚBLICOS LOGRADOUROS **PERTECENTES SECRETARIA** À DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO-CE.
- 1.2. Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção do valor global de referência, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021 e conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O contrato terá vigência, contados a partir da sua assinatura nos termos do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, ou ainda de acordo com o cronograma físico-financeiro.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2025.

2.3. Justificativa da contratação:

O Município de Mucambo, por meio da Secretaria de Infraestrutura, é responsável pela conservação e manutenção dos espaços públicos urbanos, entre eles as praças e logradouros, que desempenham papel fundamental na promoção do bem-estar coletivo, lazer, mobilidade urbana, integração social e qualidade de vida da população.

Atualmente, o município conta com diversas praças e logradouros distribuídos em áreas centrais e bairros periféricos, os quais vêm apresentando sinais de desgaste e deterioração decorrentes de diversos fatores, tais como:

- Ação do tempo (sol, chuvas, vento e umidade);
- Uso contínuo e, por vezes, inadequado dos espaços e equipamentos públicos;
- Ausência de manutenção preventiva regular;
- Danos provocados por atos de vandalismo;
- Crescimento vegetativo desordenado ou mal controlado.

Entre os principais problemas identificados estão: bancos quebrados, calçamentos danificados, meio-fio deteriorado, iluminação pública deficiente ou inexistente,



prefeituramucambo@gmail.com













equipamentos de lazer (como brinquedos e academias ao ar livre) enferrujados ou inutilizáveis, vegetação desordenada, lixeiras danificadas, entre outros. Essas condições comprometem a segurança dos usuários, especialmente crianças e idosos, além de desvalorizar o espaço urbano e gerar insatisfação entre os moradores.

Diante desse cenário, a contratação de empresa especializada para execução de serviços de reforma e manutenção corretiva e preventiva se mostra necessária e urgente, tendo como finalidade:

- Recuperar e preservar o patrimônio público;
- Promover a revitalização dos espaços de convivência urbana;
- Assegurar acessibilidade, segurança e conforto aos cidadãos;
- Reduzir custos com intervenções emergenciais futuras;
- Contribuir para a valorização paisagística e ambiental do município;
- Cumprir com as obrigações constitucionais e legais do município no que tange à gestão e ordenamento do espaço urbano.

Ressalta-se ainda que a contratação seguirá os princípios da economicidade, eficiência e legalidade, conforme preconizado na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), e está devidamente prevista no planejamento orçamentário da pasta.

Desta forma, a contratação ora proposta é justificada pela necessidade objetiva de manter e recuperar os espaços públicos urbanos, assegurando à população de Mucambo-CE áreas adequadas para convivência, lazer, prática esportiva e outras atividades sociais, culturais e recreativas.

2.4. Enquadramento da contratação:

A contratação fundamenta-se no artigo 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal n° 01/2024 e nas demais normas legais e regulamentares atinentes à matéria.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares
- 3.2. Forma de execução da contratação: indireta, em regime de empreitada por MENOR PREÇO GLOBAL.

4. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos necessários para a presente contratação são:

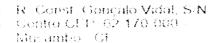
















- 4.1.1. A empresa para realização do objeto será selecionada através do processo licitatório de CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA, cujas regras serão previstas no edital.
- 4.1.2. A vencedora do certame deverá comprovar todas as exigências de habilitação previstas de forma detalhada no edital, para que, após a sua devida avaliação, esteja apta a assinar o contrato com a Prefeitura Municipal de Mucambo/CE.
- 4.1.3. Os critérios de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, econômicofinanceira e técnica-operacional a serem atendidos pela contratada serão previstos no edital.

4.2. SUBCONTRATAÇÃO:

- 4.2.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.3. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO: Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.4. O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

4.5. VISTORIA

- 4.5.1. É facultado e recomendável a realização de vistoria nos locais onde serão executados os serviços, ocasião em que serão sanadas as dúvidas porventura existentes, não cabendo nenhuma alegação posterior por desconhecimento das condições locais;
- 4.5.2. A não realização da visita não admitirá à CONTRATADA qualquer futura alegação de óbice, dificuldade ou custo não previsto para execução do objeto ou obrigação decorrente desta contratação;
- 4.5.3. A vistoria deverá ser agendada com o setor de engenharia/secretaria de Infraestrutura e Urbanismo, pelo telefone (88) 3654-1133 e ser realizada das 09h às 11h. E-mail: infraestrutura@mucambo.ce.gov.br;
- 4.5.4. Independente da opção pela realização ou não da vistoria, o licitante deverá apresentar declaração formal, assinada pelo representante legal, sob as penas da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros, conforme modelo abaixo:





Modelo de Declaração de Conhecimento das Condições Inerentes à Naturez Serviço	za do
A empresa	Sr(a). ureza e perfeito nto das portotal
(CE), (dia) de (mês) de (ano)	
(Nome completo do responsável ou preposto)	
Assinatura	

5. EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 5.1. O Departamento de Obras do Município realizará a fiscalização e acompanhamento dos serviços executados, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no cronograma definido para a obra.
- 5.2. Os serviços serão entregues em cada etapa do cronograma físico-financeiro poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, e deverão ser refeitos pela Contratada em prazo a ser definido para cada etapa correspondente, a contar da notificação da contratada, inclusive por qualquer meio eletrônico ou telemático, os quais serão gravados para fins de comprovação, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.3. Os serviços deverão ser iniciados no prazo definido nos ternos da Ordem de Serviço, emitido após a formalização da contratação;

CHARLESTER

prefeituramucambo@gmait.com



www.mucambo.ce.gov.br



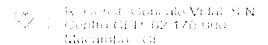


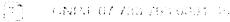
- 5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os, materiais, equipamentos, ferramentas, maquinas e utensílios necessários, para atender todas as condições deste instrumento.
- 5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6 – GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.3. O CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.4. A formalização da contratação ocorrerá por meio de termo de contrato ou instrumento equivalente.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);











- 6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 6.7.4. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).
- 6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 6.9.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 6.9.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido







pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

- 6.10. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 6.11. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 6.12. A CONTRATADA deverá manter preposto para representá-la na execução do contrato.
- 6.12.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

7 - MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. As medições serão feitas de acordo com o cronograma financeiro a ser elaborado pela fiscalização quando na emissão da Ordem de Serviços, sempre que as etapas forem concluídas e constarão de folhas-resumo, contendo a relação de serviços, conforme Cronograma.
- 7.2. O Município pagará apenas pelos serviços contratados e executados, o preço integrante da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos.
- 7.3. Fica expressamente estabelecido que os preços por solução globalizada incluam a sinalização provisória, todos os insumos e transportes, bem como impostos, taxas, custos financeiros, lucros e bonificações, custos de materiais, equipamentos e mão de obra a serem aplicados, de acordo com as condições previstas nas especificações e nas normas indicadas no Edital e mais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.
- 7.4. Obedecido a Ordem de Serviço expedida, será procedida á medição dos serviços. Emitido o atestado de conformidade, a detentora da ata deverá apresentar as notas fiscais correspondentes à medição.
- 7.5. Do recebimento Provisório e Definitivo da Obra

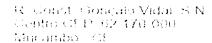
















- 7.5.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, até o 5º dia útil do mês seguinte à prestação dos serviços, pelo fiscal técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.5.1.1. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.5.1.2. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)
- 7.5.1.3. O fiscal setorial do contrato, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico.
- 7.5.1.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.5.1.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.5.2. A obra será recebida definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.5.2.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.5.2.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;











- 7.5.2.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.5.2.4. Comunicar a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.5.2.5. Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.5.2.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.5.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.6. Do Faturamento

- 7.6.1. Após comunicação do gestor do contrato **e no prazo de até 2 (dois) dias úteis**, a CONTRATADA deverá apresentar fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAMBO, inscrita no CNPJ n° 07.733.793/0001-05, acompanhada das respectivas comprovações de regularidade perante a Receita Federal (e INSS), FGTS e Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) Lei n° 12.440/2011).
- 7.6.2. A Nota Fiscal deve corresponder ao objeto recebido e respectivos valores e quantitativos apurados pela fiscalização.
- 7.6.3. No caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA a sanar o problema em 2 (dois) dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.
- 7.6.4. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte SIMPLES, deverá apresentar com a Nota Fiscal a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.
- 7.6.5. Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.
- 7.6.6. Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento











em atraso, configurado por prazo inferior a 10 (dez) dias corridos do vencimento da obrigação.

7.7. Das condições de pagamento

- 7.7.1. O pagamento à CONTRATADA será efetuado pelo(s) serviço(s) efetivamente prestado(s) em moeda nacional, no **prazo de até 30 (trinta) dias corridos** contar do atesto da Fatura/Nota Fiscal, por meio de depósito em conta corrente, mediante Ordem Bancária.
- 7.7.2. O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 7.7.3. Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.
- 7.7.4. Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.
- 7.7.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

 $EM = I \times N \times VP$, sendo:

I = (TX/100), assim apurado: I = (6/100) I = 0,00016438365

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo

pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

7.7.5.1. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto nº 93.872/1986.

8 – SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

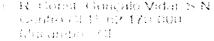






www.mucambo.ca.gov.br







8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de CONCORRENCIA PÚBLICA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação fiscal, social e trabalhista

8.2. Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, deverá ser observado os requisitos exigidos em edital.

Qualificação Econômico-Financeira

8.3. Para fins de qualificação econômico-financeira, deverá ser observado os requisitos exigidos em edital.

Qualificação Técnica

8.4. Para fins de qualificação técnica, deverá ser observado os requisitos exigidos em edital.

9 – ESTIMATIVA DO PREÇO

9.1. Conforme planilha básica orçamentária o valor global estimado da contratação é de R\$ 764.323,36 (setecntos e sessenta e quatro mil trezentos e vinte e três reais e trinta e três centavos).

10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal, mediante a seguinte dotação:

UNIDADE ADMINISTRATIVA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ELEMENTO DE DESPESA
	09.01.154511504.1.036	
	09.01.154511508.1.014	3.3.90.39.00
Sec. Infraestrutura e Urbanismo	09.01.154521506.1.015	
	09.01.158131508.1.018	

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.









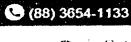






ANEXO IV DECLARAÇÕES

Ao Sr. Agente de Contratação do Municipio de
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº
Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:
1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
3) Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos as especificações do objeto e os termos constantes neste Edital e seu(s) ANEXOS, e que, concordamos com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possuímos todas as condições para atender e cumprir todas as exigências de fornecimento ali contidas, inclusive com relação a documentação, que está sendo apresentada para fins de habilitação.
4) Declaramos ter ciência de que em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o Município, para a execução do serviço objeto deste edital e em decorrência de obrigações legais e cumprimento do edital/instrumento contratual, notadamente em cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011), da Legislação de Licitações e determinações legais emanadas dos Órgãos de Controle, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA, tais como: número do CPF, RG, telefone, endereço físico e eletrônico, e todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, e poderá dar o tratamento legal aos mesmos, inclusive para atendimento de exigências dos órgãos de controle interno e externo.
Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo)
(Local e data).
(Nome/assinatura do representante legal)

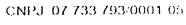
















ANEXO IV.1 DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

Eu,, portador do RG nº
e do CPF nº, representante legal do licitante
(nome empresarial), interessado em participar da Concorrência n
/, DECLARO, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Pena
Brasileiro, que: a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo
não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro
licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório; b) a
intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou
interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório; c) o licitante não
tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante
ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório; d) o conteúdo da
proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou
discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente
procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto; e) o conteúdo da proposta apresentada
não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante
relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; ef) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração
e que detém plenos poderes e informações para firmá-la. DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica
que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisque
outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei
Federal nº 12.846/ 2013.
(Local e data).
(Nome/assinatura do representante legal)

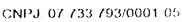
















ANEXO IV.2 DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS

Nome completo:	_	
	RG	 n°:
CPFn°		
DECLARO, sob as penas da lei o devido cumprimento das exig para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, normas específicas.	-	
(Local e data).		
(Nome/assinatura do representante legal)		





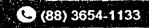




ANEXO V MODELOS DE DECLARAÇÃO "PROPOSTA"

À Comissão de Contratação/A	gente de Contratação,	
intermédio do representante le conteúdo do Edital de Concorre e de todas as condições e obr licitado sob sua integral respon	(firma/denominação, endereço da sede/filial, CNPJ gal que esta subscreve, após ter analisado minuciosamente tencia nº/ e seus anexos e ter tomado conhecimento do igações para a execução do objeto, PROPÕE executar o cabilidade pelo valor total de R\$ (valo conforme detalhamento abaixo:	odo o local objeto
AFIXAÇÃO DE PLANILHA	DE CUSTOS UNITÁRIOS EM PROPOSTA	
Esta proposta é válida por 60 (sessenta) dias.	
(Local e data).		
(Nome/assinatura do represent	ante legal)	



















ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º

CONTRATO N° **/2025 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N°				
denominado simplesmente como Sr e de outro lado sede à, telefone e senhor(a), portador(a) do R simplesmente CONTRATADA, ELETRÔNICA N°, REGIME DE EXECUÇÃO: EMPRIPOLA Lei n° 14.133 de 01/04/20 regulamentares aplicáveis à espéciconformidade com os termos e con cláusulas e condições seguintes:	MUNICIPIO, neste a o, a empresa, neste of n° e CPF n° tendo em vista o reprocesso n°	to devidamente r inscrita no CNPJ : e ato devidamente c, dorav resultado da CO , pelo tipo: Ml , tem entre si j n° 001/2024 e ela legislação con	representado pelo nº, com representada pelo rante denominada NCORRÊNCIA ENOR PREÇO - justa e contratada, demais normas replementar e em	
1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO, DA GARANTIA CONTRATUAL, DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS, DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO PRAZO DE GARANTIA				
O objeto do presente:	CONTRATAÇÃO	DE EMPF	RESA PARA	
1.1. Da Garantia Contratual: 1.1.1. Não haverá exigência da garant de 2021.	tia da contratação dos art	tigos 96 e seguintes	s da Lei nº 14.133,	

1.2. Das Exigências Técnicas:

- 1.2.1. A **CONTRATADA** deverá executar a obra em conformidade com as especificações contidas no Anexo I do Edital, responsabilizando-se integralmente pela qualidade do mesmo, abrangendo todos os seus detalhes construtivos constantes do projeto.
- 1.2.2. O MUNICÍPIO DE MUCAMBO recusará a obra se não estiver de acordo com as especificações contidas no Anexo I do Edital, respondendo a CONTRATADA, integralmente, pelo custo de eventuais adequações e, se necessário, o refazimento dos serviços.
- 1.2.3. A **CONTRATADA** se responsabiliza, também, por todos os custos, diretos e indiretos, apurados na hipótese da incidência do previsto no item 1.3.2 deste **Contrato**.
- 1.2.4. A **CONTRATADA** é responsável pela qualidade final do objeto contratado.
- 1.2.5. A **CONTRATADA** deverá estar qualificada no pleno gozo de suas atribuições profissionais, devendo a obra ser acompanhada de suas respectivas ARTs Anotação de Responsabilidade Técnica, junto à entidade profissional competente, dos Responsáveis Técnicos.
- 1.3. Da Vigência do Contrato/Execução do Objeto:

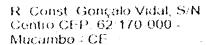
















1.3.1. A execução da obra terá um prazo máximo de () meses, para sua completa
realização, sendo que a vigência contratual será fixada em mais () meses após :
conclusão da execução das obras para sua completa realização, totalizando() mese
salvo interrupção autorizada pela contratante, por qualquer motivo de força maior que venha
ocorrer, conforme previsão do edital.

1.4. Do Prazo de Garantia:

1.4.1. A CONTRATADA obriga-se a dar pela obra prazo de garantia mínimo de 05 (cinco) anos, contados a partir da data do recebimento definitivo da obra pelo MUNICÍPIO DE MUCAMBO.

2. CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PREÇOS, DAS MEDIÇÕES, DA FORMA DE PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

- 2.1. Pagará, o MUNICÍPIO DE MUCAMBO, à CONTRATADA, pela execução do objeto relacionado na Cláusula Primeira, o Valor Total de R\$
- 2.2. No(s) preço(s) cotado(s) deverão estar embutidos todos os custos diretos e indiretos, despesas indiretas (BDI), transportes, carga e descarga, seguro, impostos, taxas, multas, emolumentos legais, custos de mobilização de equipamentos e pessoas, além de transporte, estada e alimentação da equipe de trabalho, insumos e demais encargos, inclusive previdenciários e trabalhistas, seguro de qualquer espécie, licenças, documentos e despesas, tributos inclusive ICMS ou ISSQN se houver incidência, encargos e incidências diretos e indiretos, que possam vir a gravá-los e lucro, sendo de inteira responsabilidade da empresa proponente a quitação destes, que em momento algum e sob nenhuma alegação, inclusive falta de previsão oficial, poderão ser transferidos ao MUNICÍPIO DE MUCAMBO, a responsabilidade de seus pagamentos, quitação ou outras quaisquer decorrentes.
- 2.3. Mensalmente, a **Fiscalização** realizará a conferência da execução dos serviços e a medição dos quantitativos efetivamente executados no período:
- 2.4. Para tanto, a CONTRATADA deverá apresentar o seu relatório de medição dos serviços executados no período para análise da Fiscalização. O relatório deve ser endereçado ao Departamento de Obras do MUNICÍPIO DE MUCAMBO e protocolado.
- 2.5. A 1ª medição deverá ser apresentada após, no mínimo, 30 (trinta) dias do início da obra e abrangerá a medição física dos serviços executados no período anterior.
- 2.6. Os serviços previstos no orçamento contratado serão medidos, desde que **totalmente** executados de acordo com o projeto;
- 2.7. O MUNICÍPIO DE MUCAMBO analisará a medição e a aprovará, parcial ou totalmente, em até 05 (cinco) dias úteis após o protocolamento da mesma, autorizando a CONTRATADA a emitir Nota Fiscal/Fatura dos serviços aprovados;
- 2.8. Após a análise do MUNICÍPIO DE MUCAMBO, constatadas eventuais divergências, a CONTRATADA deverá providenciar as devidas correções em até 05 (cinco) dias úteis;
- 2.9. Após o fechamento e aprovação da medição, o MUNICÍPIO DE MUCAMBO autorizará a CONTRATADA a emitir a Nota Fiscal/Fatura, que deverá ser encaminhada para pagamento juntamente com a medição e o relatório fotográfico dos serviços executados no período, endereçando-a à Departamento de Obras, sendo que posteriormente o Departamento de Obras irá remete-la à Divisão Financeira do MUNICÍPIO DE MUCAMBO.



prefeituramucambo@gmail.com











- 2.10. O MUNICÍPIO DE MUCAMBO efetuará o pagamento da Nota Fiscal/Fatura após o protocolamento da mesma, e se em conformidade, no prazo de até 30 (trinta) dias.
- 2.11. Caso o objeto esteja em desacordo com o especificado ou apresente vício construtivo, o Termo de Recebimento Provisório somente será emitido após a devida correção.
- 2.12. Para pagamento da Nota Fiscal/Fatura de cada uma das parcelas, é indispensável que a CONTRATADA apresente comprovante de regularidade junto ao INSS e FGTS, por meio das guias GPS Guia da Previdência Social e GFIP Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, relativo aos empregados que executaram o serviço, bem como do recolhimento do ISSQN Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, quando couber:
- 2.13. Em se tratando de INSS, a **CONTRATADA** deverá preencher as guias de recolhimento de conformidade com as Ordens de Serviço do Ministério da Previdência e Assistência Social, constando o nome do **MUNICÍPIO DE MUCAMBO**, o número do **Contrato** ao qual se vinculam e o(s) número(s) da(s) fatura(s) correspondente(s);
- 2.14. As comprovações relativas ao FGTS a serem apresentadas deverão corresponder ao período de execução e à mão-de-obra alocada para esse fim.
- 2.15. Por ocasião da apresentação ao MUNICÍPIO DE MUCAMBO da nota fiscal/fatura, a CONTRATADA deverá fazer prova do recolhimento do ISS correspondente ao serviço executado e deverá estar referenciado à emissão da nota fiscal/fatura.
- 2.16. Na eventualidade da apresentação da nota fiscal/fatura, caso não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do INSS, do FGTS e/ou do ISS, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a **CONTRATADA** apresentar a documentação devidamente quitada, quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.
- 2.17. Junto com a fatura, a CONTRATADA deverá apresentar, referente a todos os empregados que executaram o serviço no período abrangido pelo relatório apresentado, sob pena do MUNICÍPIO DE MUCAMBO efetuar a retenção do valor devido nos termos da legislação vigente, sobre o valor faturado:
- 2.28. Relação nominal de todos os empregados, bem como o comprovante de recolhimento das contribuições sociais incidentes sobre a fatura;
- 2.19. Comprovantes de pagamentos dos salários recebidos e recolhimentos do FGTS e INSS, última competência, referentes aos seus empregados.
- **2.20.** Havendo retenção, a CONTRATADA deverá providenciar no prazo de 15 (quinze) dias o recolhimento das contribuições sociais (INSS/FGTS/ISS-ISQN) e apresentar as guias que comprovem tal pagamento ao **MUNICÍPIO DE MUCAMBO**, para fins de devolução da quantia retida.
- 2.21. Se a CONTRATADA não apresentar os comprovantes referidos nos itens 2.5 e 2.8 no prazo fixado, o MUNICÍPIO DE MUCAMBO poderá a qualquer instante e a seu critério exclusivo:
- 2.22. Aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da medição cujos comprovantes não forem apresentados;
- 2.23. Rescindir o Contrato por culpa exclusiva da CONTRATADA.
- 2.24. Se durante a execução do **Contrato** expirar-se o prazo de validade das Certidões apresentadas na fase de habilitação, comprovando regularidade fiscal e trabalhista, a **CONTRATADA** deverá providenciar a imediata atualização das mesmas, sob pena de rescisão contratual.

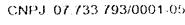
















2.25. Não haverá atualização nos preços quando o atraso no pagamento se der por culpa exclusiva da CONTRATADA.

Havendo atraso no pagamento da parcela, desde que motivada por responsabilidade por parte do **MUNICÍPIO DE MUCAMBO**, o valor da parcela poderá ser atualizado —pro rata die - de acordo com o IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo) do IBGE.

- 2.26. O MUNICÍPIO DE MUCAMBO poderá sustar o(s) pagamento(s) de qualquer (quaisquer) parcela(s), no caso de inadimplência da CONTRATADA para com o MUNICÍPIO DE MUCAMBO na execução deste Contrato:
- 2.27. A suspensão do(s) pagamento(s) permanecerá até a devida regularização por parte da CONTRATADA.
- **2.28.** No caso da CONTRATADA em situação de recuperação judicial, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial ou, se o administrador judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial.
- **2.29.** No caso da CONTRATADA em situação de recuperação extrajudicial, junto com os demais comprovantes, deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.
- 2.30. A não apresentação das comprovações de que tratam as cláusulas 2.14 e 2.15 assegura ao **MUNICÍPIO DE MUCAMBO** o direito de rescindir o contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DC PRAZODE EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

- 3.3. Havendo a necessidade de adequação(ões) será concedido prazo de até 15 (quinze) dias após comunicação escrita de sua conclusão, pela CONTRATADA, mediante Termo circunstanciado assinado pelo(s) Responsável(is) Técnico(s) da CONTRATADA e visado pela fiscalização para as correções da obra, sendo que o descumprimento do(s) prazo(s) estabelecido(s) implicará na aplicação da multa especificada na Cláusula Sétima deste Contrato, salvo por motivos devidamente justificados e aceitos pelo MUNICÍPIO DE MUCAMBO.
- 3.4. Caso os serviços constantes do objeto não sejam aprovados na fiscalização, fica suspenso o curso do prazo de pagamento, voltando a correr na sua integralidade tão logo seja(m) sanado(s) a(s) irregularidade(s).
- 3.5. Ao término da obra, a CONTRATADA deverá comunicar ao MUNICÍPIO DE MUCAMBO, por escrito e protocoladamente a conclusão da mesma, juntamente com a entrega do Relatório Final.
- 3.6. Em até 15 (quinze) dias contados da comunicação, o MUNICÍPIO DE MUCAMBO emitirá laudo de realização da fiscalização concluída, no qual fará constar as exigências necessárias às eventuais adequações, correções e demais atos para a perfeita conclusão da obra.















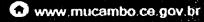
- 3.7. Atestando a qualidade e conformidade da execução da obra, o MUNICÍPIO DE MUCAMBO receberá provisoriamente.
- 3.8. A obra somente será recebida definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias corridos contados do seu recebimento provisório, prazo no qual a CONTRATADA fica inteira e integralmente responsável por qualquer reparo, correção, adequação ou outros que se mostrarem necessários, às suas expensas, mediante simples notificação do MUNICÍPIO DE MUCAMBO, na qual assinalará prazo para realização dos serviços apontados.
- 3.9. O recebimento definitivo se dará por meio de Termo de Recebimento formal ou pelo simples decurso do prazo previsto neste Contrato, com exceção dos eventos abaixo:
- 3.10. Suspende o curso do prazo para o recebimento definitivo, a notificação do MUNICÍPIO DE MUCAMBO, no sentido de que a CONTRATADA deva realizar o serviço de adequação, correção ou outro eventualmente apontado e verificado. O prazo recomeça a correr tão logo o MUNICÍPIO DE MUCAMBO ateste a realização do serviço conforme apontado e exigido;
- 3.11. Caso seja retido na fiscalização, fica suspenso o curso do prazo de pagamento, voltando a correr na sua integralidade somente quando sanada a irregularidade constatada. O prazo recomeça a correr tão logo o **MUNICÍPIO DE MUCAMBO** ateste a realização conforme do objeto contratado.

4. CLÁUSULA QUARTA: DOS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, CANTEIRO DE OBRAS E INSTALAÇÕES

- 4.1. A **CONTRATADA** deverá utilizar na **obra** apenas materiais e equipamentos em conformidade com os padrões e normas técnicas e de segurança aplicadas à espécie, responsabilizando-se integralmente pela **segurança**, manutenção, qualidade e quantidade dos mesmos, de acordo com o Anexo I do Edital.
- 4.2. O MUNICÍPIO DE MUCAMBO se reserva o direito de recusar materiais e equipamentos que não estejam dentro das normas e dos padrões técnicos e de segurança exigidos e aplicados aos mesmos, respondendo a CONTRATADA, integralmente, pelo custo de suas substituições, tantas vezes quantas necessárias forem e apontar a fiscalização do MUNICÍPIO DE MUCAMBO.
- 4.3. O canteiro de obras deverá ser instalado com área suficiente para desenvolver todas as atividades necessárias:
- 4.3.1. O canteiro de obras deve ser mantido organizado.
- 4.4. A CONTRATADA é obrigada a manter, por conta própria, as instalações da obra em perfeita condições de conservação, limpeza, pintura e segurança, pelos prazos fixados no edital de licitação e/ou no Contrato.
- 4.5. A **CONTRATADA** deverá providenciar a execução de um painel, com uma placa da obra, conforme modelo apresentado pelo **MUNICÍPIO DE MUCAMBO**.
- 4.6. As placas deverão estar instaladas em até 05 (cinco) dias após ser dada a Ordem de Serviço da respectiva obra;
- 4.7. No canteiro de obras, só poderão ser colocadas outras placas eventuais subcontratados e de firmas fornecedoras, após prévio consentimento do Departamento.
- 4.8. Correrá por conta da **CONTRATADA** toda e qualquer operação para mobilização e desmobilização do canteiro de obras e, ao final, deverão ser recompostas todas as características originais, às suas expensas, devendo comunicar expressamente o **Departamento de Obras**, antes de qualquer modificação necessária.



prefeituramucambo@gmail.com











5. CLÁUSULA QUINTA – CONFORMIDADE COM O MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

- 5.1 Abster-se de oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados;
- 5.2. Conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013, abstendo-se de práticas como as seguintes:
- 5.3. Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- 5.4. Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- 5.5. Comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- 5.6. No tocante a licitações e contratos:
- 5.7. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- 5.8. Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo:

- 5.9. Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- 5.10. Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- 5.11. Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a Administração Pública;
- 5.12. Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do Sistema Financeiro Nacional;

6. CLÁUSULA SEXTA - RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

- 6.1. Adotar todas as precauções para evitar agressões ao meio ambiente, preservando a fauna e a flora existentes no local de execução dos serviços, e mantendo o local de trabalho adequado às exigências de limpeza, higiene e segurança;
- 6.2. Responsabilizar-se pela desmobilização das estruturas de apoio que houver instalado para executar os serviços, bem como pela recuperação ou reabilitação das áreas utilizadas que, por sua culpa, tenha gerado impacto ao meio ambiente;

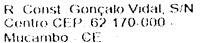
















- 6.3. Conferir destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da execução do objeto do contrato, nos termos da Resolução CONAMA nº 307/2002, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
- 6.3.1. Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;
- 6.3.2. Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados. reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- 6.3.3. Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- 6.3.4. Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 6.4. Comprovar que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos (CTR), em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, atendendo assim ao Programa Municipal de Gerenciamento de
- 6.5 Resíduos da Construção Civil, ou ao Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso;
- 6.6. Assumir, sem ônus para o CONTRATANTE, as multas que vierem a ser aplicadas pelo órgão ambiental federal, estadual ou municipal.

7. CLÁUSULA SÉTIMA: DA FISCALIZAÇÃO E DA RESPONSABILIDADE CIVIL

- 7..1. Após a assinatura do Contrato e precedendo a expedição da competente Ordem de Serviço para início da obra, a CONTRATADA será convocada para uma reunião com o Departamento de Obras do MUNICÍPIO DE MUCAMBO para discussão e esclarecimentos que se fizerem necessários, quanto ao projeto e a fiscalização, sendo que a CONTRATADA deverá apresentar o Diário de Obra, onde será feito o registro do andamento dos serviços, ocorrências e outras informações.
- 7.2. A CONTRATADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO DE MUCAMBO, em um prazo máximo de 03 (três) dias úteis, após a emissão da Ordem de Serviço, as Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs dos responsáveis técnicos pela obra.
- 7.3. A fiscalização da execução da obra será realizada pelo Departamento de Obras do MUNICÍPIO DE MUCAMBO e/ou por profissional da área, designado pelo MUNICÍPIO DE MUCAMBO, que manterá o acompanhamento de forma permanente ou esporádico, dependendo da etapa construtiva, sendo que esta fiscalização não exime a CONTRATADA de qualquer responsabilidade pela obra.
- 7.4. O profissional indicado pela CONTRATADA, para fins de comprovação técnica operacional, deverá comparecer diariamente à obra, devendo ainda a CONTRATADA manter um Mestre de Obras (encarregado) permanente, durante a execução da mesma, ficando ambos incumbidos da prestação de todos os esclarecimentos e informações solicitadas pelo MUNICÍPIO DE MUCAMBO sobre o andamento da obra, admitindo-se a(s) substituição(ões) do(s) profissional(is) indicado(s) por outro(s) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo MUNICÍPIO DE MUCAMBO.



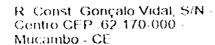
















- 7.5. A CONTRATADA fica obrigada a manter em local de fácil acesso e à disposição da fiscalização, preferencialmente no local dos serviços o "Diário de Obra".
- 7.6. A CONTRATADA deverá cumprir a legislação vigente relativa às normas quanto a Segurança e Medicina do Trabalho, ficando sob sua inteira responsabilidade quaisquer danos consequentes da inobservância das Leis ou prática de ato considerado ilícito.
- 7.8. O MUNICÍPIO DE MUCAMBO se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providências mais adotar, para a perfeita execução do objeto licitado, arcando a CONTRATADA com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora do MUNICÍPIO DE MUCAMBO.
- 7.9. A CONTRATADA reconhece por este instrumento que é a única e exclusiva responsável por todos e quaisquer danos ou prejuízos que vier causar ao MUNICÍPIO DE MUCAMBO, coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, meio ambiente, em decorrência da execução dos serviços, ou danos advindos de qualquer comportamento de seus empregados em serviço, objeto do Contrato, correndo às suas expensas, sem qualquer ônus para o MUNICÍPIO DE MUCAMBO, ressarcimento ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam causar.
- 7.10. A fiscalização do MUNICÍPIO DE MUCAMBO poderá paralisar as obras e/ou serviços a qualquer momento, quando restar constatado risco grave e iminente aos servidores do MUNICÍPIO DE MUCAMBO, da CONTRATADA, a terceiros e ao meio ambiente, em conformidade com os parâmetros estabelecidos na legislação vigente:
- 7.11. Em caso de embargo, interdição ou paralisação das obras e/ou serviços, a fiscalização do MUNICÍPIO DE MUCAMBO determinará as medidas a serem tomadas pela CONTRATADA, visando manter o local das obras devidamente protegido, a evitar o oferecimento de riscos a terceiros e ao meio ambiente.
- 7.12. A fiscalização dos serviços pelo MUNICÍPIO DE MUCAMBO não exonera nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inobservância ou omissão às Cláusulas Contratuais.
- 7.13. Fica a CONTRATADA obrigada a cumprir as exigências estabelecidas na Lei Federal nº 6514/77, relativamente à Segurança e Medicina do Trabalho, regulamentada pela Portaria nº 3214/78, em especial as Normas Regulamentadoras NR-5 – CIPA; NR-6 – EPI; NR-7 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional; NR-9 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais; NR-10 - Instalações e Serviços em Eletricidade e NR-18 - Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção, em todos os seus itens, subitens e anexos, sendo os custos decorrentes incluídos no preço proposto.
- 7.14. A CONTRATADA será responsável por fornecer, incentivar e obrigar a todos os seus funcionários o uso de equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC) de acordo com a legislação vigente. Esses equipamentos deverão estar em perfeito estado de conservação e documentação que comprove sua validade (CA - Certificado de Aprovação), de modo a garantir total segurança ao usuário, bem como às pessoas ao redor.
- 7.15. A CONTRATADA responderá e responsabilizar-se-á pela prevenção de acidentes e pela segurança de suas atividades e de seus funcionários quando da realização dos serviços, fazendo com que eles observem e cumpram rigorosamente os regulamentos e determinações de segurança, bem como tomando, ou fazendo com que sejam tomadas, as medidas corretivas necessárias.
- 7.16. Todas as ações judiciais, decorrentes da execução do contrato que diretamente ou indiretamente responsabilizem o MUNICÍPIO DE MUCAMBO em seus processos, terão os valores destas ações judiciais glosados dos pagamentos das faturas ou garantidos por meio de carta de fiança bancária, em nome da contratada e suas respectivas liberações somente ocorrerão



prefeituramucambo@gmail.com

www.mucambo.ce.gov.br











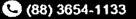
FLS OF LICE FLS OF FLS

quando judicialmente o MUNICÍPIO DE MUCAMBO for excluído da lide pela Justiça desta responsabilidade.

- 7.17. Em caso de reclamação de terceiro junto a qualquer órgão público, ou ainda por ação judicial proposta contra o MUNICÍPIO DE MUCAMBO, em razão de atividades decorrentes do contrato, a CONTRATADA se obriga a disponibilizar representante, prontamente a todos os chamados dos órgãos públicos e do Poder Judiciário recebidos pelo MUNICÍPIO DE MUCAMBO, com poderes para realizar acordos em nome da CONTRATADA, em Juízo ou fora dele.
- 7.18. A CONTRATADA em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitado pelo MUNICÍPIO DE MUCAMBO e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, comunicar imediatamente, por escrito, o MUNICÍPIO DE MUCAMBO.

8. CLÁUSULA OITAVA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 8.1. A extinção contratual, em favor do **MUNICÍPIO DE MUCAMBO**, terá lugar de pleno direito, independentemente de prévia ação ou interpelação judicial, na ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações.
- 8.2. A rescisão contratual, em favor da **CONTRATADA**, terá lugar de pleno direito, após regular notificação ao **MUNICÍPIO DE MUCAMBO**, com prazo de 15 (quinze) dias úteis de antecedência e desde que persistam os fatos geradores de notificação, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:
- 8.3 Supressão, por parte do **MUNICÍPIO DE MUCAMBO**, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- 8.4. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita do **MUNICÍPIO DE MUCAMBO**, por prazo superior a 3 (três) meses, salvo calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- 8.5. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, salvo calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído.
- 8.6. Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pelo **MUNICÍPIO DE MUCAMBO** por despesas de obras, serviços ou fornecimentos, salvo calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- 8.7. Não liberação pelo MUNICÍPIO DE MUCAMBO, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato ao MUNICÍPIO DE MUCAMBO relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

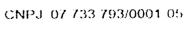
















- 8.8. Os emitentes das garantias previstas neste contrato deverão ser notificados pelo **MUNICÍPIO DE MUCAMBO** quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.9. A extinção do contrato poderá ocorrer também:
- 8.9.1. Por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO DE MUCAMBO, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- 8.9.2. De forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse do MUNICÍPIO DE MUCAMBO;
- 8.9.3. Por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 8.10. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do **MUNICÍPIO DE MUCAMBO**, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:
- 8.10.1. Devolução da garantia;
- 8.10.2. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- 8.10.3. Pagamento do custo da desmobilização.
- 8.11. A extinção determinada por ato unilateral do **MUNICÍPIO DE MUCAMBO** poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei, as seguintes consequências:
- 8.11.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do MUNICÍPIO DE MUCAMBO;
- 8.11.2. Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
 - 8.12. Execução da garantia contratual para:
- 8.12.1. Ressarcimento do **MUNICÍPIO DE MUCAMBO** por prejuízos decorrentes da não execução;
- 8.12.2. Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
- 8.12.3. Pagamento das multas devidas ao MUNICÍPIO DE MUCAMBO;
- 8.12.4. Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- 8.13. A retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao **MUNICÍPIO DE MUCAMBO** e das multas aplicadas.

9. CLÁUSULA NONA: DAS PENALIDADES

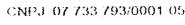
- 9.1. As sanções dispostas no **Contrato** poderão ser aplicadas às empresas licitantes e à **CONTRATADA**, conforme o caso, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao **Município** e das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações.
- 9.2. Sem prejuízo da faculdade previstas nos art. 137 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações, a não observância do cronograma contratual sujeitará, cumulativamente a CONTRATADA às seguintes multas:
- 9.2.1. 5% (cinco por cento) do valor do contrato reajustado, por desatendimento de qualquer de suas cláusulas.
- 9.2.2. 0,1% (um décimo por cento) do valor total do contrato reajustado, por dia de atraso na entrega da obra ou no término das etapas previstas no Projeto Básico/Memorial Descritivo.

















9.3. O contrato a ser assinado com a licitante ve	encedora poderá ser rescindido de pleno direito
pela Prefeitura Municipal de	_ independente de interpelação ou notificação
judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:	

I falência;

II concordata;

III insolvência:

IV dissolução judicial ou extrajudicial;

V inobservância de dispositivos legais;

VI inadimplemento de obrigação contratual.

- 9.4. A licitante vencedora que, devidamente convocada, deixar de comparecer para a assinatura do contrato ficará sujeita às penalidades previstas na Lei 14.133 e suas alterações.
- 9.5. As sanções previstas serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da 9.6. Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos
- 9.6. A aplicação das Sanções somente ocorrerá após assegurado o contraditório e a prévia defesa, nos termos da legislação vigente.
- 9.7. Até a decisão final quanto a eventual defesa apresentada, será retido o numerário apurado referente à sanção, sendo que o montante da multa poderá, a critério do Município, ser compensado com valores de pagamento devido ao fornecedor.

10. CLÁUSULA DÉCIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. As despesas decorrentes deste Contrato serão suportadas pela dotação Orçamentária nº

			seguintes,									
própr	ias, c	onsignadas	nos respec	tivos ()rçame	ntos, fica	ndo	o MUI	NIC	ÍPIO DE	MUCA	MBO
obrig	ado a	apresentar	, no início o	le cada	exerci	ício, a res	pecti	iva Not	ta de	Empenh	o estimat	iva e,
haver	ido ne	ecessidade,	emitir Nota	de En	npenho	complem	ienta	ır, respe	eitad	a a mesm	a classifi	cação
orçan	nentár	ia.										

10.3. Fazem parte integrante deste Contrato, como se transcrito estivessem literalmente, a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº - MUNICÍPIO DE MUCAMBO e Proposta da CONTRATADA, com todos os seus anexos.

10.4. Para todos os fins de direito, prevalecerão as cláusulas expressamente previstas neste Contrato, sobre as previsões inseridas no Edital do MUNICÍPIO DE MUCAMBO ou na Proposta da CONTRATADA, tendo-se este como resultado da negociação havida entre as partes e do acordo firmado pelas mesmas.

10.5. Os casos omissos neste Contrato serão analisados e resolvidos pela aplicação de normas pertinentes às Licitações e Contratos, Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações.

10.6. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

(88) 3654-1133

prefeituramucambo@gmail.com 🕟 www.mucambo.ce.gov.br







	OCA"
	mais, por mais privilegiados que sejam, o foro da
Comarca de como o con	mpetente para dirimir as questões suscitadas da
interpretação deste Contrato, do Edital ou da	Proposta da CONTRATADA.
10.8. É vedada a transferência do Contrat	o a terceiros, no todo ou em parte, devendo a
	das as condições e cláusulas constantes, sendo
_ _ _ _	i incorporação, desde que a execução do Contrato
não seja prejudicada e sejam mantidas as cond	1 , , ,
	gna como ÓRGÃO GESTOR, o Departamento
	r todos os atos de gestão atinentes ao objeto, bem
como quaisquer outras adequações para o seu	
	BO designa, como Gestor do Contrato,
	Fiscal da Obra.
	aceitar, nas mesmas condições contratuais, os
acréscimos e/ou supressões do objeto, nos ter	mos do Art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021 e
ulteriores alterações.	
E por estarem às partes plenamente de acord	lo com todas as cláusulas e condições, firmam o
presente instrumento para que surta os jurídico	
presente mistramente para que sarra es juntares	,
, (dia) do (mês) do (ano).	
, (una) do (mos) do (uno).	
CONTRATANTE	CONTRATADO
CONTRATANTE	CONTRATABO
DROCKID A DOD WIDIDIGO	FIGUAL DO CONTRATO
PROCURADOR JURÍDICO	FISCAL DO CONTRATO
OAB/RS N.º XXXX	SERVIDOR PÚBLICO





AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAMBO - AVISO DE LICITAÇÃO. O Pregoeiro/Agente de Contratação deste município torna público que no dia 20 de maio de 2025 às 09:00 horas, estará abrindo licitação na modalidade Concorrência Eletrônica Nº 2904.01/2025-CP no portal www.novobbmnet.com.br cujo objeto é SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRACAS E DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTECENTES À SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO-CE. O Edital estará disponível, no horário de atendimento ao público de 08:00 às 12:00h e também nos sites http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes/ e http://www.mucambo.ce.gov.br/. Informações pelo fone: 0**88 - 3654 1133, ou no endereço à Rua Construtor Gonçalo Vidal, s/n, Centro. Mucambo – Ce, 30 de abril de 2025. Francisco Orécio de Almeida Aguiar – Pregoeiro/Agente de Contratação.

O POVO

CIRCULAR DIA 05/05/2025

Francisco Orécio de Almeida Aguiar Pregoeiro/Agente de Contratação.









(88) 3654-1133



EDIÇÃO: IRNA CAVALCANTE I IRNACAVALCANTE@OPOVO.COM.BR. I. 85 3255 6101

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Salitre - Aviso de Licitação - Pregão Nº 3004.01/2025-PE. O(A) Secretaria de Saúde, através do(a) seu(ua) Pregoeiro(a), toma público que realizará às 09:00h, do dia 16 de maio de 2025, no endereço eletrônico https://compras.m2atecnologia.com.br/, Pregão nº 3004.01/2025-PE: Objeto: aquisição de veículo tipo ambulancia equipada para simples remoção (Tipo B) referente ao convênio 17/2024, para atender as demandas da Secretaría de Saúde do Município de Salitre/CE, O edital e seus nexos, poderão ser obtidos nos endereços eletrônicos https://compras.m2atecnologia.com.br/ informações no endereço: Praça São Francisco, S/N, Bairro Centro, em Salitre/CE, Salitre/CE, 30 de abril de 2025. João Adoniran Fialho Cavalcante - Pregoeiro(a).

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Mucambo - Aviso de Licitação. O Pregoeiro/Agent de Contratação deste município toma público que no dia 20 de maio de 2025 às 09:00 horas, estará abrindo licitação na modalidade Concorrência Eletrônica Nº 2904.01/2025-CP no portal www.novobbmnet.com.br cujo objeto é serviços de reforma e manutenção de praças e diversos logradouros públicos pertencentes à Secretaria de Infraestrutura do Municipio de Mucambo-CE. O Edital estará disponível, no horario de atendimento ao público de 08:00 às 12:00h e também nos sites http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes/ e http://www.mucambo.ce.gov.br/. Informações pelo fone: 0°88 -- 3654 1133, ou no endereço à Rua Construtor Gonçalo Vidal, s/n, Centro. Mucambo - Ce, 30 de abril de 2025. Francisco Orécio de Almeida Agular - Pregoeiro/Agente de Contratação.

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Missão Velha - Extrato de Contrato N 2025.04.16.02. Órgão Contratante: Secretaria Municipal de Educação. Empresa Contratada: Giovanna Transporte LTDA - ME, CNPJ: 46.743.846/0001-12 representada por Belirardo Ferreira Silva; Valor Global R\$ 4.654.472,24 (quatro milhões seiscentos e cinquenta e quatro mil quatrocentos e setenta e dois reais e virite quatro centavos). Pregão Eletrônico Nº 2025,01,21.02. Dotação Orçamentária 1303.12.361.0541.2.055, Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00; 1302.12.361.0541.2.049, Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00; 1301,12,122,0112,2,045, Elemento de Despesa: 3,3,90,39,00. Vigência do contrato: 12 (doze meses. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de locação de veículos destinado ao transporte escolar (ensino infantil, ensino fundamental, ensino em tempo integral e ensino médio) urbano e rural da rede pública de ensino, conforme rotas georreferenciadas com quantidade de km por rota e por tipo de velculo, para atender as demandas da secretaria da educação, no âmbito do Municipio de Missão Velha, Ceará. Rachel Fechine Ribeiro Tavares Macedo - Secretária Municipal de Educação- Data da assinatura: 16 de abril de 2025.

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Missão Velha - Extrato de Contrato 2025.04.16.01. Órgão Contratante: Secretaria Municipal de Educação. Empresa Contratada: Comercial de Alimentos WB LTDA, CNPJ Nº 47.569.707/0001-87; Valor Global R\$ 1.716.850,58 (um milhão setecentos e dezesseis mil oitocentos e cinquenta reais e cinquenta e sei: centavos). Dotação Orçamentária 1303.12.306.0531.2.054, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00. Vigência do Contrato: Até 31 de Dezembro de 2025. Objeto aquisição de gêneros alimenticios destinados ao programa nacional de alimentação escolar (PNAE), no Município de Missão Velha/CE, que envolvem as modalidades de atendimento educacional especializado (AEE), Educação Infantil (Creche e Pre-Escola), Ensino Fundamental, Ensino Fundamental integral e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Rachel Fechine Ribeiro Tavares Macedo-Secretária Municipal de Educação-Data da Assinatura: 16 de abril de 2025.

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Missão Velha - Extrato de Ata de Registro d Preços Nº 2025,04,16.01. Órgão Gerenciador. Secretaria Municipal de Educação. Empresa setentora do Registro de Precos: Giovanna Transporte LTDA - ME, CNPJ: 46.743.846/0001-12. Representada por Belirardo Ferreira Silva; Valor Global R\$ 4.654.472,24 (quatro milhões selscentos e cinquenta e quatro mil quatrocentos e setenta e dois reais e vinte quatro centavos). Vigência da Ata: 12 (doze) meses, Pregão Eletrônico Nº 2025.01.21.02. Objeto: Registro de Preços para futura eventual contratação de pessoa lurídica especializada na prestação de serviços de locação de reiculos destinado ao transporte escolar (ensino infantil, ensino fundamental, ensino em tempo ntegral e ensino médio) urbano e rural da rede pública de ensino, conforme rotas geomeferenciadas com quantidade de km por rota e por tipo de velcuio, para atender as demandas da secretaria da educação, no âmbito do Município de Missão Velha, Ceará. Rachel Fechine Ribeiro Tavares Macedo - Secretária Municipal de Educação - Data da assinatura: 16 de abril de 2025.

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Missão Velha - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 2025.04.29.01. O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Missão Velha Ceará torna público, para conhecimento dos interessados, que no próximo dia 19 de maio de 2025, as 09:00 Horas, através do endereco eletrônico: https://www.portaldemissaovelha.com.br, estará realizando licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 2025.04.29.01 critério de

Volume de entregas do IR ainda não chegou a 50% no CE

l A 25 DIAS DO PRAZO | Até ontem, a Receita Federal recebeu 46,5% de um total de 1.060.143 declarações esperadas no Estado. No Brasil, percentual está em 41,7%

ADRIANO QUEIROZ

adriano.queiroz@opovo.com.br

Falta menos de um mês para encerrar o prazo para entrega do Imposto de Renda em 2025. Mas, até ontem, a Receita Federal contabilizou 493.264 declarações do Imposto de Renda (IR) de contribuintes no Ceará, ou cerca de 46,5% de um total de 1.060.143 declarações esperadas na Patada. A mádia á na



CERCA de 49.2% dos contribuintes aram a ancão do doctaração pró